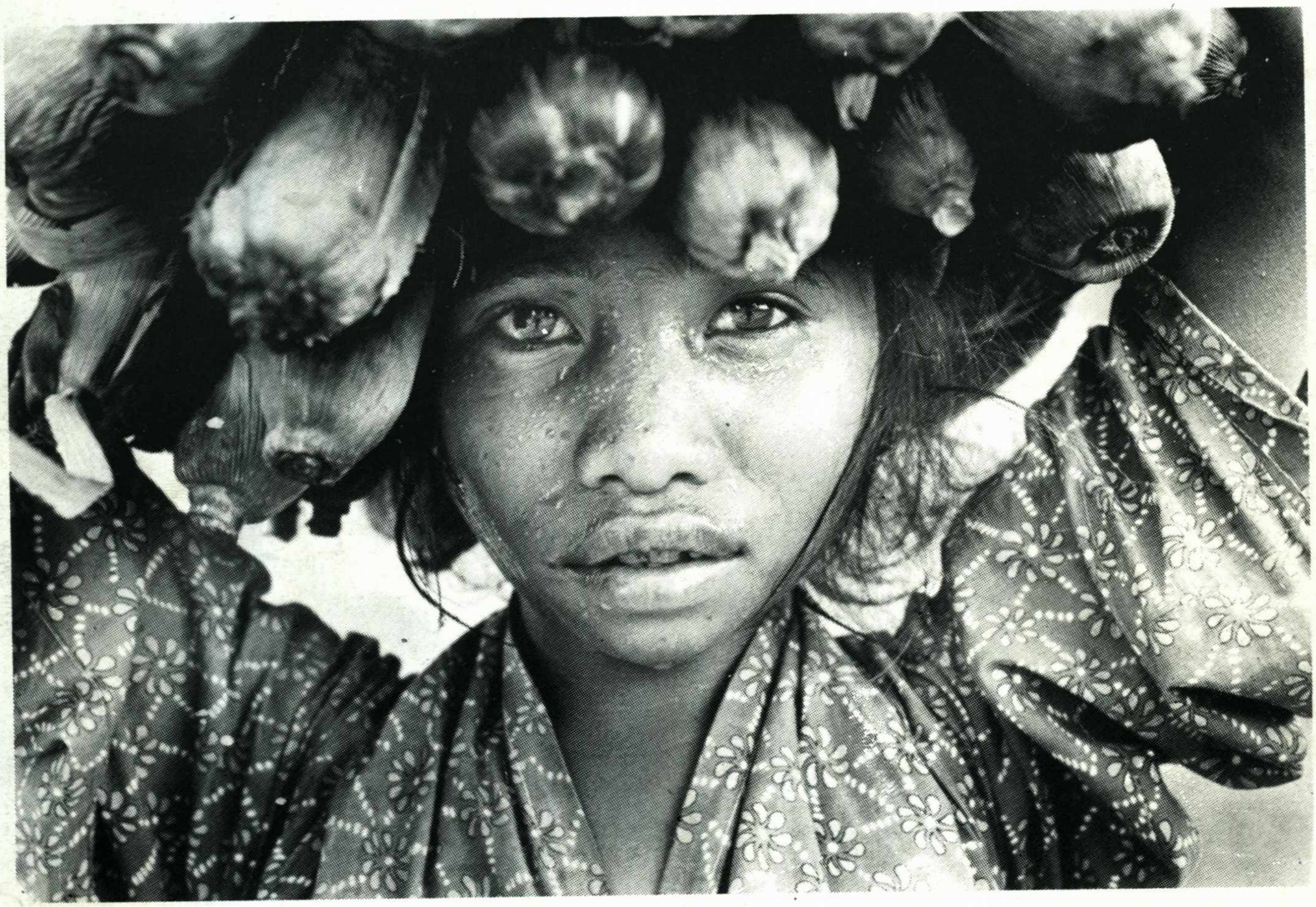
TL 26

FETO RAI TIMOR

MULHERES DE TIMOR



A PAZ É POSSÍVEL EM TIMOR-LESTE
COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE
PASCOELA BARRETO

FETO RAI TIMOR

MULHERES DE TIMOR

FUNDAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nota prévia

Esta publicação, divulgada por ocasião da visita a Portugal de Emília Gusmão — mulher de Xanana Gusmão, o líder da Resistência de Timor-Leste — apresenta uma recolha de testemunhos, entrevistas e comunicações centrada na presença activa da mulher timorense na luta pela autodeterminação e independência do seu povo.

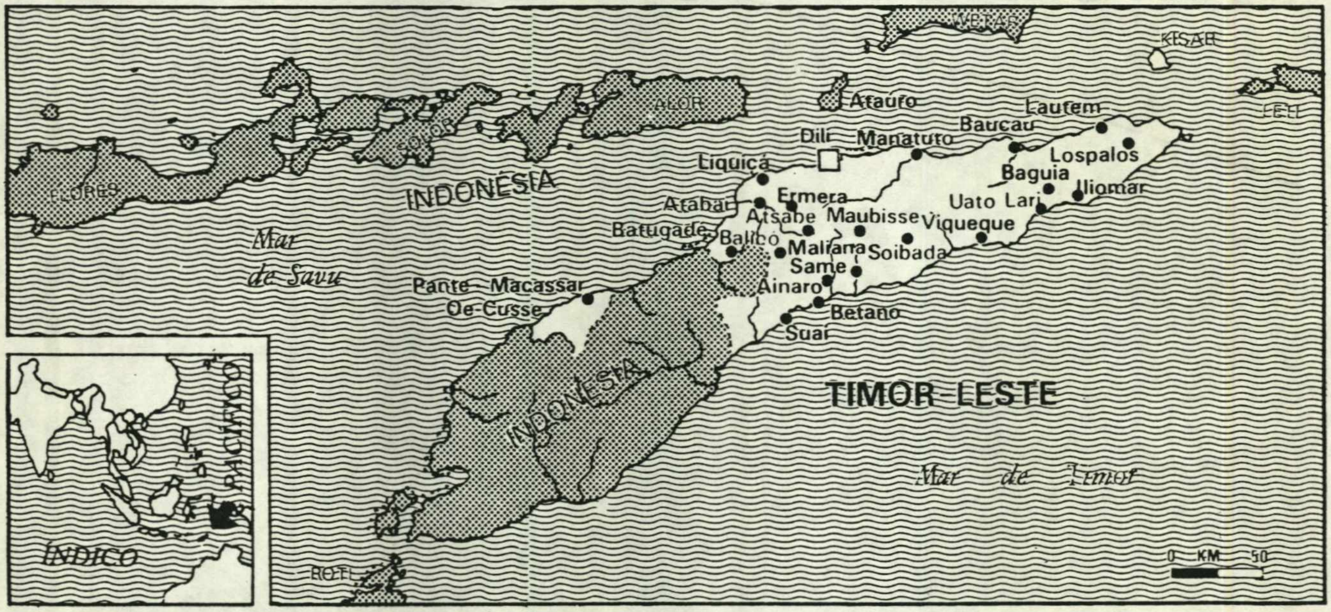
Como em tantas outras lutas de libertação, a mulher timorense tem ocupado um lugar de destaque na resistência contra o invasor indonésio, sendo simultaneamente um alvo preferencial da repressão por este exercida.

Nos testemunhos chegados até nós, abundam, no que diz respeito à mulher, as referências a violações humilhantes e ao recurso sistemático a métodos brutais e sádicos de tortura e violência física e psicológica, assim como à utilização coerciva de métodos contraceptivos e abortivos — ironicamente apelidados de «planeamento familiar» — que mais não são do que uma forma sofisticada de extermínio lento do povo de Timor-Leste.

Para além dos atentados aos seus mais elementares direitos, o ocupante indonésio procura também atingir as mulheres na sua condição de mães, tentando submeter os seus filhos a uma cultura, língua e identidade estrangeiras, com o objectivo mais vasto da eliminação da identidade do povo de Timor-Leste. Mas são esses mesmos jovens que hoje se levantam para combater, por todas as formas, contra o invasor.

Por outro lado, obrigadas à privação do apoio dos seus irmãos e companheiros — presos, desaparecidos, mortos ou empenhados na resistência armada — as mulheres timorenses têm enfrentado acrescidas responsabilidades familiares e sociais. Mas todas estas contrariedades não só não quebraram o seu ânimo, como contribuíram para reforçar a sua consciência política e para enraizar nelas a convicção da justeza da luta de Timor-Leste pelo seu reconhecimento como Nação independente e soberana na comunidade das nações.

Lisboa, 27 de Maio de 1991


WETAR
KISAR
LETI
ALOR
SOLOR
FLORES
INDONÉSIA
Mar de Savu
Ataúro
Lautem
Baucau
Dili
Manatuto
Liquiçá
Lospalos
Baguia
Ermera
Atabae
Uato Lari
Iliomar
Atsabe
Maubisse
Viqueque
Batugadé
Balibó
Maliana
Soibada
Same
Ainaro
Betano
Suai
Pante Macassar
Oe-Cusse
INDONÉSIA
TIMOR-LESTE
Mar de Timor
ROTI
ÍNDICO
PACÍFICO
0 KM 50

FICHA TÉCNICA

Selecção de textos e notas da responsabilidade de:

A Paz é Possível em Timor-Leste

Comissão para os Direitos do Povo Maubere

Com a colaboração de Pascoela Barreto.
Fotos da capa e contracapa de Elaine Brière, 1974.
Edição da Fundação de Relações Internacionais.

Com o apoio do Grupo Socialista do Parlamento Europeu

Lisboa, Maio de 1991.

Exemplares desta publicação podem ser pedidos a:

CDPM
R. Pinheiro Chagas, 77-2.° E
1000 Lisboa
Tel. (01) 57 47 18/54 13 08
Fax (01) 53 40 09

APPTL
R. Castilho, 61-2.° D
1200 Lisboa
Tel. (01) 57 69 52

Preço 350$00

TESTEMUNHOS DE GUERRA

Brière

O Gigante de Manufahi

Na planície de Quirás, de cada vez que a terra faz mil anos, o chão estremece e altera o seu relevo, como se quisesse romper-se por aqui e por ali. E está assim até à primeira noite de lua cheia. Nessa noite, tudo é tão claro que nada pode ficar escondido, e as florestas, mesmo as mais espessas, deixam passar tantos fios de luz que se vê dentro delas. Há claridade tal que nada pode esconder-se, nem mesmo os segredos e os mistérios. É exactamente nessa noite de mil em mil anos que surge uma mulher, perfumada de sândalo, frágil e suave. Empunha uma enorme catana, e maneja-a como se tivesse na mão uma flor, embora toda ela seja doce e magoada. Chama:

— Beileira! Beileira!

O chão à medida que a Mulher se aproxima da planície, vinda não se sabe de onde, aumentam os seus estremeções, como se estivesse coberto por um enorme pano. As aves acordam para cantar e voar em espiral sobre a cabeça dela, sem lhe tocarem. Ela, então, percorre a planície e marca sete sítios. As aves, lá em cima, acompanham-na e embebem de música o luar. A lua torna-se transparente e é possível vê-la por dentro e do outro lado. Mas só as aves a podem ver, porque todas as pessoas e os outros animais, sempre que de mil em mil anos esta mulher vem à planície de Quirás, dormem profundamente. Ninguém a viu ainda, mas há muitas noivas que a têm adivinhado em sonhos, e contam os sonhos. E suspiram:

— Beileira...

— Beileira...

Então, e exactamente quando a lua atinge o máximo da sua claridade, ela volta aos sete sítios que primeiro marcou, e com a catana, rasga o chão, de cada vez de um golpe só, mas golpe fundo e de muitos metros de comprimento. Depois dos sete golpes, a lua desce, um instante apenas, para levar a catana. O chão sossega. As aves regressam aos seus ninhos ou poleiros. A música fica dentro dela. O silêncio é total. Depois, um grito estranho, comprido, como o de uma mulher a parir, parte o silêncio em sete partes, e irrompem dos sete rasgões da terra sete pedaços de corpo, descomunais, e que imediatamente se ligam e movimentam e vivem. São os pedaços do corpo do Gigante Beileira.

Diz-se que Beileira tinha por noiva uma formosa mulher. Amavam-se muito. Dormiam ao ar livre, num campo de Quirás, por causa do tamanho dele. Uma noite, estava o gigante já deitado, preparava-se a mulher para deitar-se também, quando viu que ele e uma grande jibóia, muito encostados, dormiam em sono profundo...

Por momentos, ficou presa, de olhos na jibóia, enfeitiçada. Mas quebrou o feitiço. Nunca nenhuma mulher o conseguira antes. E, vigorosamente, pegou na pesada catana do gigante seu noivo e vibrou golpes sobre golpes até matar a jibóia. E chamou:

— Beileira, Beileira!

Quando, porém, esperava que o noivo se erguesse, liberto, viu que ele também tinha recebido alguns dos golpes, e que não podia salvar-se.

Tão grande era Beileira que para ser enterrado, teve de ser cortado em sete partes.

A noiva nunca acreditou em que ia perder o seu amado. E de mil em mil anos, em noite de lua cheia, vem à planície de Quirás ressuscitar o namorado.

— Beileira, Beileira...

Beileira ergue-se, e a terra dos mauberes enche-se de amor.

«CANTOLENDA MAUBERE»

ED. FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA, BORJA DA COSTA, 1988

TAPOL

Emília Gusmão com os filhos, Nito e Zenilda

Emília Gusmão conta a sua história

Numa entrevista à revista TAPOL, em Julho de 1990, Emília Baptista Gusmão, mulher de Xanana Gusmão comandante da resistência armada, Falintil, e Eugénio Paulo Baptista Gusmão (Nito), o filho mais velho de 19 anos falaram sobre os 15 anos de dificuldades em Díli. Amélia, Nito e a sua irmã, de 15 anos, Zenilda Emília (Zeni), deixaram Díli a 20 de Maio de 1990 e chegaram a Melbourne três dias depois.

(Emília refere-se, às vezes, ao seu marido pelo seu nome de guerra, Xanana, mas a maior parte das vezes chama-lhe José; o seu nome completo é José Alexandre Gusmão. Conheceram-se na escola secundária em Díli em 1965).

Podia falar-nos sobre o passado e a formação do José?

Nasceu em Laleia, perto de Manatuto. Ele foi para uma escola de missionários na vila, depois para o seminário em Dare, mas não tencionava tornar-se padre. De Dare foi para Díli, onde continuou a estudar e onde nos conhecemos. Ele é uma pessoa encantadora, muito determinado; tem muito apreço pelas coisas e mantém-se firme na sua opinião uma vez que se tenha decidido. Gosta de ler e foi sempre muito amigo de escrever; ele costumava escrever poesia em tetum ou em português. Infelizmente não tenho nenhum dos seus escritos comigo. Depois de termos casado, ele continuou a estudar à noite enquanto trabalhada como funcionário público. Sendo o segundo mais velho de uma família de nove filhos e (filhas), tinha de deixar a escola e arranjar um emprego na administração portuguesa. Mais tarde, deixou a função pública e estávamos a pensar emigrar para Darwin. De facto, em 1975 ele esteve em Darwin seis meses para se inteirar das coisas para mudar. Quando regressámos a Díli ele aceitava qualquer emprego que aparecesse. Queria a independência de Timor-Leste e juntou-se à ASDT (que se tornou mais tarde a Fretilin) quando esta se formou em 1974. Outro dia, comemorámos o seu 44.º aniversário a 20 de Junho. Fomos todos à igreja.

À igreja? Ele ainda é católico?

Sim. Um padre disse-me um dia que não acreditasse nas pessoas que dizem que Xanana se tornou comunista. Ele pediu frequentemente à igreja para mandar padres ao mato para baptizar crianças e ministrar outros sacramentos, mas as autoridades militares não o permitem. Ele quer ajudar as passoas no mato a praticar as suas crenças religiosas.

(...)

O que é que se lembra das suas actividades políticas nessa altura?

Ele nunca falava de política em casa. Na realidade ele não é uma pessoa muito faladora. Eu própria nunca me juntei à Organização. Às vezes ele estaria fora até altas horas da noite numa reunião, então eu ia atrás dele e pedia-lhe para vir para casa.

Estavam lá quando a Fretilin proclamou a independência a 28 de Novembro de 1975?

Sim, no Palácio das Repartições. Eles tiraram a bandeira Portuguesa e hastearam a bandeira de Timor-Leste. Fiquei de facto muito triste e comecei a chorar. Estava tão habituada a ver a bandeira Portuguesa hasteada, que me senti muito triste quando a vir ser tirada. Nesse dia, ele reconfortou-me. «Percebo os teus sentimentos porque o teu pai é português. Não te preocupes. Tudo vai correr bem. O nosso país tem de ser livre.» Qualquer outra pessoa poderia ter ficado zangado comigo por reagir assim, mas ele percebeu como é que eu me senti.

Quando é que ele saiu de casa?

Dois dias depois da proclamação, ele partiu para Maubara no distrito de Liquiçá, dizendo que ia estar fora por uma semana, mas nunca mais regressou. Ele ia a Maubara tirar fotografias do que lá estava a acontecer, porque as tropas indonésias estavam lá. Nessa altura, ele era o responsável das relações públicas no Comité Central da Fretilin. Eu estava à espera dele no dia antes da invasão, mas ele nunca regressou. Em vez dele outros vieram — as tropas indonésias.

Nito, lembras-te de alguma coisa do dia da invasão em 7 de Dezembro?

Sim, tenho uma memória muito viva disso. Começou tudo de manhã muito cedo. Eu e a minha irmã estávamos a dormir e a minha mãe acordou-nos dizendo-nos que tinha começado a guerra e que tínhamos que sair rapidamente. Olhei pela janela e vi centenas de pára-quedistas a cair do céu. Havia imenso tiroteio, uma confusão. Pela primeira vez na minha vida senti-me aterrado. Saímos de casa à pressa, para a igreja de Motael, que era ali perto, nós os três e a empregada. Ela tinha reunido algumas coisas. A minha mãe levava a Zeni, que tinha apenas um ano, ao colo e eu ia a correr ao lado dela.

Vimos coisas terríveis na igreja. As pessoas fugiam em todas as direcções, mas havia soldados indonésios por toda a parte. Lembro-me de ter visto, à esquerda, alguém ser atingido e morto pelas tropas. À direita vi alguém a ser arrastado e espancado. Fiquei em pé junto à janela e vi muitas coisas. Ao lado da igreja vi um soldado a apanhar um timorense e a abrir fogo sobre ele. Então alguém me agarrou e disse: «Não fiques aí ao pé da janela, podes ser atingido por uma bala perdida!»

Emília — Já mais tarde vieram soldados e mandaram-nos todos sair da igreja. Dividiram-nos em dois grupos, os homens de um lado e as mulheres e as crianças de outro. O padre ficou no meio com dois indonésios. Depois os indonésios pediram ao padre para lhes dizer quem era Fretilin. O padre disse que não sabia. Conheço-os como católicos, que é por isso que vieram para cá. «Se querem saber quem é Fretilin, perguntem-lhes vocês.»

Por trás dos homens havia soldados no chão com as armas prontas. Os soldados no meio começaram a dar ordens para disparar. Todas as mulheres e crianças estavam aterrorizadas; estávamos a chorar e a gritar. Na realidade não mataram ninguém lá na igreja, mas levaram muitos dos homens e fuzilaram-nos no porto. Muitos outros foram levados para Taci-Tolu e foram fuzilados lá. Os que foram levados da igreja eram todos homens mas também algumas mulheres foram fuziladas no porto, incluindo a mulher de Nicolau Lobato. Muita gente que não conseguiu chegar à igreja, foi levada para o porto e fuzilada.

O padre não tentou proteger as pessoas na igreja?

Tentou mas ele não podia fazer muito. Quando os soldados levaram os homens, disseram que precisavam de ajuda deles. Nós ficámos na igreja vários dias, muitos de nós abrigámo-nos lá. Mas o padre precisava da igreja porque o Natal estava a chegar e então mudámo-nos para uma casa perto da Igreja. Ficámos lá umas semanas mas o exército disse-nos para sairmos, por isso mudámos ainda outra vez para outra casa que tinha sido uma esquadra de polícia sob a administração portuguesa. Pouco depois, alguns destes oficiais regressaram da Atambua e por isso disseram-nos outra vez para mudar. Eu não fazia ideia do sítio para onde ir. Não tinha uma casa, a minha família não estava lá. Os meus pais e todos os meus irmãos e irmãs tinham ido de férias a Portugal uns meses antes e não tinham voltado por causa dos combates.

Não podia regressar a sua casa?

Não, os militares indonésios estavam lá a viver. A maior parte das casas das pessoas foi ocupada. Não tínhamos hareres a não ser aquilo que tínhamos levado quando fugimos. Durante três anos não reavemos a casa. Quando as tropas nos tiraram as casas, fizeram-no sem quaisquer documentos, mas quando tentámos reavê-las, tivemos que arranjar todo o tipo de documentos para provar que elas eram nossas, mesmo documentos de Portugal.

Quando começaram a interrogá-la?

Fui bastante apoquentada nos primeiros anos, mas as coisas começaram a ser realmente más em 1979 quando José encabeçou a liderança da resistência, depois de Nicolau Lobato ter sido morto em Dezembro de 1978. Começaram a convocar-me quase todos os dias. Vinham buscar-me sempre depois das nove da noite e retinham-me até às seis da manhã seguinte, embora eu tivesse duas crianças pequenas. Levaria sempre as crianças comigo. Eles eram de facto muito cruéis, gritando connosco o tempo todo. Às vezes éramos levados para um quartel, às vezes para casa de um oficial. Quase sempre tentaram persuadir-me a escrever a Xanana ou a ir ao mato com eles para lhe pedir que se rendesse. Recusei e disse-lhes que ele tinha ido para o mato de sua livre vontade. Se ele quisesse vir, ficaríamos todos felizes, mas se ele não quisesse não havia nada que eu pudesse fazer. Isto acontecia sempre, sempre. Às vezes diziam-me que eu devia pensar nas crianças. Quando eles crescessem podiam continuar a escola em Jacarta. Dizia-lhes que não queria que eles fossem estudar para mais lado nenhum, uma vez que havia escolas em Díli. As noites que tinha de passar com a Intel eram assustadoras. Às vezes quando me importunavam com perguntas apontavam uma pistola à minha cabeça. De cada vez que vinha um novo comandante militar (dandim) toda a família — nós os três e todos os irmãos e irmãs de José e os pais — era convocada a encontrar-se o novo homem. Tínhamos que ir às seis da manhã. Nestas alturas, ele apontava para um grande mapa-múndi na parede e dizia jocosamente: «Vêem, Portugal é muito longe, mas a Indonésia é muito perto. Nem pensem que os portugueses alguma vez regressam. Timor-Leste ficará com a Indonésia para sempre.»

(...)

Eu ficava assustadíssima com aquelas visitas nocturnas. Eles incomodavam-me e frequentemente eu estava doente. Costumava perguntar às pessoas o que deveria fazer. Eu era mãe de duas crianças pequenas mas estes homens fizeram-me perder muitas horas de sono; porque é que eles me vinham buscar à noite? Um indonésio aconselhou-me um dia a não abrir a porta quando eles viessem. Eu tentei. Quando eles bateram à porta, não abri. Mas eles continuaram a bater e começaram a atirar coisas à porta para a arrombar. Não havia nada que pudéssemos fazer; estávamos completamente à mercê deles.

(...)

Emília, foi sempre interrogada em Díli?

Sempre, excepto uma vez, quando fui levada para Baucau. Quando chegaram a casa disseram que o meu marido estaria em Baucau, por isso eu tinha que ir lá. Estive fora três dias. Fiquei muito oborrecida. Eu queria levar roupas mas eles disseram que se eu precisasse de alguma coisa, eles iriam buscar. Eu estava muito assustada porque nesta altura — em 1981 — muitas pessoas estavam a desaparecer. Leopoldo Joaquim desapareceu e também Correta. Quando saí de casa, naquela altura, pensei mesmo que era o fim para mim. Levaram-me para uma casa em Díli. Pedi ao oficial para me deixar ir passar a noite com as crianças. Ele recusou dizendo que eu tinha que partir de manhã muito cedo para Baucau. Foi um encontro tão estranho! Este oficial nunca me olhou na cara; olhava sempre para o lado quando falava comigo. Tive que dormir num quarto pequeno com um mau cheiro terrível. Não consegui pregar olho. Na manhã seguinte levaram-me de helicóptero para Baucau, mas só me retiveram lá algumas horas. Fui levada a um oficial que se zangou com os soldados que me tinham levado lá. Ele disse-me que pelo facto de eu ser funcionária pública eles deviam ter arranjado primeiro uma autorização. Ele queria que eu fosse com ele ao mato e dizer ao Xanana para se render. Disseram-me que estavam a tentar contactar com ele através da rádio. De facto eu ouvi eles tentarem, na manhã seguinte, mas não conseguiram. Depois o oficial disse-me para escrever uma carta a Xanana. Eu sentei-me e ecrevi uma página, mas isso não era suficiente. Como é que uma esposa podia escrever apenas uma página ao seu marido?, disse ele. Escrevi outra página, mas isso não era suficiente. Não me deixaram parar até ter escrito quatro páginas. Depois levaram-me de helicóptero de novo para Díli.

Alguma vez recebeu cartas de Xanana?

Nunca. Mas sei que ele uma vez me mandou uma carta que eu nunca fui autorizada a ver. Foi em 1981. A carta foi interceptada pelo exército. Penso que a encontraram na posse de alguém que tinha sido preso. Arrepiei-me de pensar no que lhe terá acontecido. A carta tinha sido dobrada de tal maneira que eu só consegui ver uma linha. Pediram-me para identificar a sua caligrafia, o que eu fiz. Pedi-lhes uma fotocópia, mas eles recusaram. Foi a última carta que vi dele em 15 anos. Depois eles deixaram-me ler aquela linha. Dizia: «Não ensines os nossos filhos a odiar-me, por favor.» Não faço ideia do que ele escreveu mais; talvez ele dissesse que tinha decidido continuar a luta! Quem sabe?

(...)

A vossa casa era vigiada?

(...)

Às vezes os indonésios vinham a casa, dizendo que queriam verificar a electricidade. Fingiam que não sabiam que eu era a mulher de Xanana. Depois sentavam-se a olhar para mim, dizendo: «Então esta é a mulher de Xanana.» Alguns vinham fardados, mas os soldados que vinham de noite nunca vinham de uniforme ou, se usavam uniforme, não tinham qualquer insígnia ou marcas de identificação.

(...)

Quando vinham visitantes estrangeiros eram tomadas medidas especiais contra vocês?

Diziam-nos sempre para ficarmos em casa, sob prisão domiciliária. Quando havia hóspedes no Hotel nós não éramos autorizados a ir lá. Mas é o mesmo com qualquer um que tenha influência na comunidade ou que tenha sido detido no passado. Antes do Papa vir, todas estas pessoas foram cercadas e detidas. Aconteceu o mesmo quando o embaixador dos EUA veio a Timor-Leste. Depois eles foram autorizados a ir para casa. Isto aconteceu quando Suarto veio em 1988 e pouco depois, quando um ministro — não me lembro quem — veio. Para nós a abertura de Timor-Leste significou mais restrições que sempre, porque sempre que vinham visitantes, nós não éramos autorizados a ir a lado nenhum. Quando chegam os visitantes os veículos do exército são pintados por cima, as chapas de matrícula são mudadas de militares para civis. Uma vez, quando alguém muito experiente da Austrália veio — talvez fosse o responsável dos Territórios do Norte — todos os camiões do exército foram escondidos e os soldados mudados para Taci Tolu ou para Areia Branca. Em momentos como este, os timorenses não são autorizados a ir a esses sítios porque há muitas armas lá escondidas. Outro truque é esconder as armas em sacas. De repente, há muitos homens a carregar sacas às costas. Os miúdos chegam ao pé e perguntam aos soldados: «O que é que está na saca?» mas são enxotados e dizem-lhes que se metam na sua vida. Quando os soldados regressam de operação no mato comportam-se, de facto, pessimamente! Eles abusam dos timorenses pelas coisas com que se confrontaram no mato. Imagine-se! Eles acusam-nos de tomar a lei nas nossas mãos, que é precisamente o que eles próprios fazem!

Ouviram falar sobre o discurso de Murdani em Díli, em Fevereiro passado?

Sim. Ele avisou os pais de que se acontecesse alguma manifestação contra quando viessem visitantes estrangeiros, os manifestantes seriam alvejados sem aviso. Também ouvimos dizer que «assassinos misteriosos» (Petrus) seriam trazidos para Díli para agir contra os jovens. Ouvimos falar de tropas chamadas Merpati Putik. Percebi que são pessoas treinadas em autodefesa. Todos os comandos, tropas pertencentes ao Kopassus, chamam-se agora merpati putik.

Até que ponto foi fácil sair de Timor-Leste?

Não foi nada fácil. Os indonésios levantaram todo o tipo de obstáculos. Depois de muitas dificuldades deram-nos o visto para vir para a Austrália no âmbito do programa de reunião de família, uma vez que os meus pais e todos os meus irmãos e irmãs vivem na Austrália.

O nosso visto foi emitido a 9 de Setembro último (1989) e era válido por 6 meses, até 24 de Abril, mas nós não conseguíamos arranjar autorização para sair. Estávamos bastante preocupados, como imagina! Quando o visto expirou e nós ainda não podíamos sair, eu pensei mesmo que nunca sairíamos. Era muito difícil arranjar uma autorização para sair (Timor). Quando finalmente viesse, o visto já tinha expirado. Recusei-me a sair porque tive medo de que não fossemos autorizados a entrar na Austrália. Foi só depois de alguém da Cruz Vermelha ter ido a Jacarta fazer pesquisas que conseguimos confirmação de que seríamos autorizados a entrar. A 19 de Maio disseram-nos para partirmos para Jacarta a 20 de Maio e partimos para a Austrália três dias depois, com documentos australianos de viagem.

Porquê a demora?

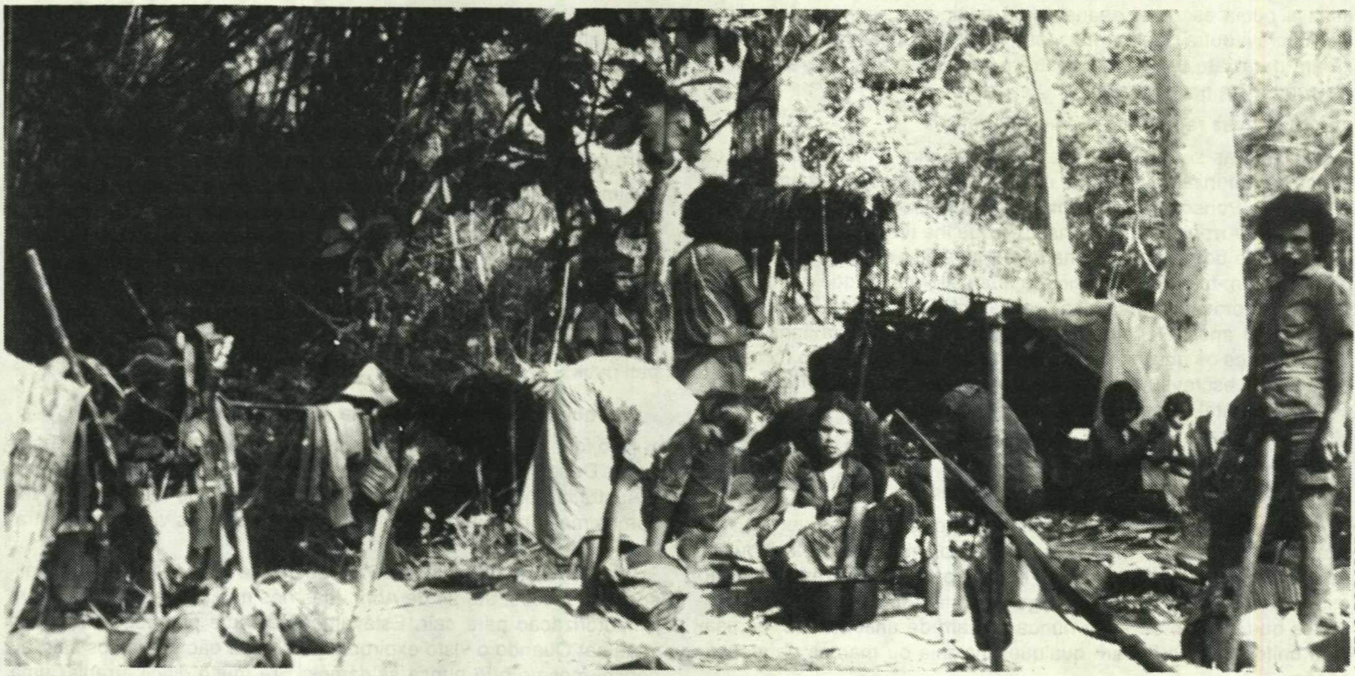
Eles estavam sempre a dizer que tínhamos que esperar até Xanana vir do mato. Depois podíamos partir todos. Eu dizia-lhes que ele há 15 anos não vinha, porque viria agora?

Então, mesmo quando já se estavam a preparar para sair eles continuavam a convocar-vos?

Sim, eles estavam continuamente a adiar a partida, dizendo que ele chegaria logo. Continuavam a dizer a Nito: «Tu és forte e saudável. Por que é que não te alistas no exército indonésio?» Eles diziam que eu tinha um bom emprego e um bom salário, porque não ficar. «Se não gostam de Timor-Leste, podem ir para outra província.» Tudo isto me punha doente. Mesmo até ao fim, eles nunca deixaram de me importunar.

«TAPOL BULLETIN»
N.º 100, AGOSTO 1990

Mulheres no «bazar». Set.º 1990



Resistência em Timor-Leste. Out.º 1989

A história de Lídia

LÍDIA MOTA, 37 anos, nasceu em Suai e foi educada na escola da missão em Soibada e depois no liceu em Díli.

Lídia chegou a Lisboa em 1983 e hoje está viúva com três filhos. Trabalha como funcionária pública, tal como fazia em Timor.

Lídia tinha 16 anos quando casou com Justino, que mais tarde foi fundador da ASDT. Por altura da invasão indonésia Justino era secretário da Justiça e Assuntos Sociais do comité central da FRETILIN. A família Mota sobreviveu à ocupação indonésia devido ao seu espírito de luta, mas o balanço final saldou-se pela morte de dois membros da família.

No dia 7 de Dezembro de 1975 fomos acordados pelos pára-quedistas que desciam sobre Díli — pareciam morcegos — e por soldados que disparavam perto da nossa casa.

Justino meteu as nossas coisas no carro e fomos para a Igreja em Balide pedir refúgio, mas o padre negou-se a receber-nos, dizendo «Como dirigente da FRETILIN não pode ficar.»

Nessa altura tínhamos quatro filhos pequenos — Nusha de 7 anos Lito de 6, Lígia de 5 e Eddie de 2 anos.

As gentes da APODETI passeavam-se pelas ruas, a chamar as pessoas para que se rendessem e entregassem as armas. No dia 11 de Dezembro, um apoiante da APODETI veio a nossa casa e levou as armas de Justino. Pouco depois, foi levado para a prisão. Ficou primeiro dois dias no cais, com outros prisioneiros, mas depois foi transferido para um armazém por detrás do Hotel Tropical, onde passou três meses antes de o levarem para a prisão da comarca. Por junto, esteve preso três anos e meio.

No dia 14 de Fevereiro de 1977, fui também presa e passei 97 dias na prisão. As crianças ficaram com a avó... Fui presa por ter contribuído com cigarros, papel químico e canetas para a guerrilha, juntamente com três outras mulheres que tinham feito o mesmo. Fui levada para o edifício da San Tai Ho e enquanto esperava pelo interrogatório estava aterrorizada — na sala havia pistolas, chicotes e coisas no género. Durante os interrogatórios, neguei tudo, menos os cigarros. O interrogador quis violar-me, mas eu resisti. Deu-me pontapés quando me recusei mas não insistiu.

Fui levada então para outra sala, onde estava um indonésio à minha espera, completamente nu. Estava um velho timorense estendido no chão que me pediu que não o fizesse. Eu disse ao indonésio que preferia atirar-me da janela a ter relações com ele. Felizmente, outro prisioneiro, João Bosco, viu o que se passava e entrou na sala. O indonésio desistiu. Tentaram também violar as outras que tinham sido presas comigo, mas também elas conseguiram resistir: outras não tiveram aquela sorte e foram violadas.

No dia seguinte fui transferida para a prisão da comarca, onde fui chicoteada com um chicote de couro, porque outra mulher me passara um bilhete. Seis de nós passámos vinte e um dias numa cela isolada. No dia 21 de Março de 1977 fui libertada. Justino ficou na prisão até 1979.

Em Maio de 1980, a nossa filha Lígia, de nove anos, morreu de malária cerebral não tratada.

Justino Mota era bem conhecido de todos os correspondentes estrangeiros em Díli em 1975, como um homem robusto, alegre, sempre entusiasmado por discutir as suas ideias com quem estivesse interessado e sempre pronto a dar uma ajuda prática a todos.

Quando Justino chegou a Lisboa, em 1983, transformara-se drasticamente. O robusto jovem de 1975 era agora uma figura idosa, quase esquelética. Contraíra tuberculose pulmonar na prisão, por dormir num chão de cimento e por não se alimentar adequadamente. A doença estava muito activa na prisão e Justino informou a Amnistia Internacional de mais 13 nomes de prisioneiros que morreram dessa doença.

Quando foi libertado, decidiu fugir de Timor a todo o custo, mas só em 1982 conseguiu partir clandestinamente para Jacarta com dinheiro recolhido por amigos e alguns padres com que pagou subornos aos indonésios. Justino ficou quatro meses em Jacarta, até os seus papéis estarem prontos, e depois foi ajudado a chegar ao aeroporto por um funcionário da Embaixada holandesa.

À chegada a Lisboa, Justino iniciou uma campanha para reunir a família através da Cruz Vermelha Internacional e, meses depois, Lídia e as três crianças ainda vivas vieram ter com ele. Lídia deixou Díli uma hora antes de os militares indonésios irem a sua casa para a tornarem a prender.

Apesar do terrível estado de saúde em que se encontrava, Justino continuou a trabalhar a favor da causa de Timor em Lisboa. A fuga de Timor fez-lhe ganhar mais três anos de vida e colocou a sua família em segurança. Em Julho de 1986, sofreu uma recaída e morreu no Sanatório de Torres Vedras com 38 anos de idade.

JILL JOLLIFE
«TIMOR TERRA SANGRENTA» 1989

A história de Laura

LAURA BARRETO, de 43 anos, nasceu em Liquiçá. Era viúva e tinha quatro filhas na altura do 25 de Abril de 1974. Profissão: funcionária pública, tanto em Timor como em Portugal. Fora educada num colégio em Ermera e depois na escola da missão em Soibada (...)

Durante o golpe da UDT, Laura fugira para a montanha com outros membros da família marcados para morrer pela sua ligação familiar com Nicolau Lobato. Este facto repetiu-se depois da invasão. Sobre a invasão em si, Laura conta:

Nicolau estava em Maubara em trabalho político e nessa noite, 6 de Dezembro de 1975, a luz eléctrica foi cortada em Díli entre as 22 e as 23 horas por apoiantes da APODETI que trabalhavam para os indonésios. Habitualmente, como eu era uma mulher sozinha, dormia com as minhas quatro filhas em casa de um tio que vivia perto, mas naquela noite estávamos cansadas e não quisemos deslocar-mo-nos. Então, entre as 10 e as 11 da noite, o nosso criado bateu à porta dizendo que a electricidade estava cortada e que as coisas pareciam feias: os indonésios estavam a bombardear Maubara e Liquiçá e vinham a caminho. Vesti alguma roupa por cima da camisa de noite e fui abrigar-me em casa da minha irmã Olímpia, que vivia ao lado...

Os que puderam dormir, dormiram, mas eu fiquei sentada na porta e cerca das 7 horas da manhã vi os pára-quedistas a descerem. As pessoas disparavam contra eles na descida. Nós escondemo-nos debaixo das camas — não podíamos agora fazer nada para fugir.

... Mais tarde, os indonésios entraram na nossa casa para a revistar, pedindo comida e cerveja. Não percebíamos a língua deles, mas eles fizeram gestos e demos-lhe o que pediam. Comeram e beberam e partiram sem fazer buscas.

... No resto do dia 7 ficámos em casa. Os morteiros choviam e a maior parte das janelas ficaram em estilhaços. José Gonçalves estava doente do coração e Isabel tinha medo porque estivera a costurar uma bandeira da FRETILIN e ainda a tinha em casa. Felizmente os indonésios não a tinham revistado. Decidimos ir para casa do Bispo e depois para casa de um parente, para dali partirmos para as montanhas. Estavam ambos cercados pelos indonésios, pelo que decidimos ir para Motael à procura do padre Monteiro. Levámos uma bandeira branca e caminhámos em fila indiana pelas ruas de Díli, mas havia barragens de soldados indonésios e fomos detidos no jardim triangular em frente da residência do padre, mesmo em frente da alfândega. Havia muitas outras pessoas apanhadas como nós, todas tentando chegar a Motael, mas sem poderem passar. Os indonésios mandaram-nos ficar nesse jardim...

... Sentámo-nos debaixo dos arbustos: José, Olímpia, Isabel e Zezinho (o filho de Isabel e Nicolau) e Guilherme e Crispim, os dois criados. Quando os indonésios disseram que precisavam de pessoas para descarregar volumes, coisas que estavam a pilhar da alfândega, Guilherme e Crispim ofereceram-se. Havia alguns membros da APODETI connosco no jardim: Arnaldo Araújo, Albuquerque e Alberto. Parece que um deles apontou Isabel aos indonésios como sendo a mulher de Nicolau Lobato. Este Alberto, de Atambua, costumava trabalhar para a PIDE no tempo dos portugueses. Agarrou as mãos de Isa. Para «interrogatórios» disse. «Eu responsabilizo-me, eu responsabilizo-me», repetia e levou-a ao comandante indonésio. Isabel levava vestido um sarong e quando o enrolava à volta do corpo para se levantar, o Zezinho passou para o meu colo. O comandante entregou-a a dois soldados. Ela ajoelhou com as mãos numa posição suplicante, pedindo misericórdia. Levaram-na para o cais e ouvimos o tiro. Não assistimos aos seus últimos momentos porque o edifício da alfândega estava entre nós, mas os dois criados contaram que antes de a terem morto, ela pediu para rezar e eles deixaram-na. Depois mataram-na a tiro, ela caiu para a frente no cais e os soldados empurraram-na para a água. Cá fora, quando ouvimos o tiro, chorámos juntos: eu, Olímpia, José, o filho dela, Zezinho e as minhas quatro filhas.

Depois da invasão, Laura ficou em Díli, mas estava sempre sob suspeita, pelo que decidiu deixar Timor por qualquer meio, mesmo se isso significasse a separação temporária das filhas. Finalmente, em 1980, ofereceram-lhe um emprego em Jacarta. Aí, esperou quatro anos por uma oportunidade de fugir e em Março de 1984, depois de pagar 300 contos de subornos a funcionários indonésios, chegou a Lisboa, com Lila, a filha mais velha, conseguindo mais tarde reunir toda a família fora de Timor, apelando para a Cruz Vermelha Internacional. A vida em Portugal é difícil, mas Laura diz: «Prefiro ser pobre num país estrangeiro, do que pedinte no meu próprio país.» Recomeçou a estudar e está a fazer o 1.º ano do curso geral.

JILL JOLLIFE
«TIMOR TERRA SANGRENTA», 1989

Depoimento de uma timorense

X, Viúva e mãe de duas crianças

**X não revela o seu nome porque ainda tem família em Timor-Leste. O seu marido foi assassinado por militares indonésios, depois de torturado.
(Testemunho pronunciado na 4.ª Consulta Cristã sobre Timor-Leste em Lisboa, Janeiro de 1988.)**

Em Fevereiro de 1977, chegou a minha casa uma viatura militar do Koramil, com ordem para me prender. Uns dias antes, a minha irmã tinha sido presa pela polícia política. Nessa altura, o meu filho mais novo tinha 6 meses e ainda mamava. O mais velho tinha 2 anos. Quando me deram ordem de prisão e me levaram, retiraram bruscamente do meu seio o miúdo que ainda mamava e chorava. A minha mãe e o meu filho mais velho acompanharam-me à sede do Koramil de Díli, onde já se encontravam quatro pessoas. Nessa mesma noite fui escoltada em companhia dos quatros presos à sede da polícia política (Intel), no edifício de Sang Tai Hoo, onde iria ser submetida ao interrogatório que, devido à ausência do comandante S., foi dirigido por um dos seus subalternos tendo como intérprete H., um timorense que também estava preso devido a conotações políticas com a Fretilin.

Para me assustarem eles tinham cuidadosamente arrumado em cima da mesa vários objectos de tortura tais como chicotes, palmatórias, «casse-têtes», paus, pés de cadeira, fios eléctricos para choques, cigarros para queimar a carne humana, fósforos e mais outros.

Fui então acusada de manter contactos com o meu marido no mato, facto que eu sempre neguei porque não tinha contactos com ele, e nem sabia onde ele estava.

Devido à ausência do tal comandante, o inquérito foi adiado. Contudo, mantiveram-me presa em Sang Tai Hoo. Trouxeram então a minha irmã que vinha cheia de marcas deixadas pelos objectos de tortura. A sua pele estava cheia de sangue coagulado; havia inúmeras marcas dos cigarros que os indonésios tinham apagado na sua carne como se se tratasse de um cinzeiro. Ameaçaram-nos dizendo: «Se não disseres a verdade serás mimoseada com os mesmos tratamentos que ela.»

No dia seguinte, pelas 19 horas, fomos levadas, eu, a minha irmã e uma outra da minha idade, chamada M., para a cadeia da Comarca. Lá, fomos revistadas dos pés à cabeça e metidas depois numa cela escura, com portas de ferro, onde mal cabia uma pessoa. Na cela não havia sequer um catre, apenas o chão nu, as paredes, as grades de ferro lá no alto da parede, e a porta também de ferro com um orifício minúsculo no meio. Antes de entrarmos as três na cela ainda reconheci algumas prisioneiras que estavam na varanda: Elda Saldanha, Maria Pereira, falecida depois de libertada, devido aos maus tratos de que foi vítima na prisão, Maria Montalvão e Rosita, falecida por tuberculose causada pelos maus tratos sofridos na prisão. Ficámos nesta cela uma semana, durante a qual só nos davam uma refeição por dia.

No fim desta semana fomos recambiadas para Sang Tai Hoo, onde estavam para cima de trinta prisioneiros, de ambos os sexos, que aguardavam o inquérito. Reconheci alguns, como Maurício Pereira e sua mulher, Lídia Mota, Mimi Lebre (mãe do camarada César Mau Laca).

Na impossibilidade de me interrogarem naquele dia, fui levada para casa para tirar fotografias com os meus filhos, fotografias que os militares lançariam, de helicóptero ou avião para o mato, juntamente com outros panfletos de propaganda. Isto foi o que eles me disseram. Depois disto fui novamente interrogada, mas como não encontraram nenhuma prova de culpa contra mim, fui libertada dos interrogatórios mas continuando na prisão. Contudo, durante uns dias, fui autorizada a ir a casa para amamentar o meu filho e voltava à tarde para Sang Tai Hoo. Finalmente, para evitarem as minhas saídas constantes, resolveram autorizar-me a levar o meu filho para junto de mim na prisão.

Ao fim de 6 dias, o meu filho foi atacado por uma pneumonia, causada pelo frio do chão que nos serviu de cama. Insistiram em levá-lo ao hospital, mas eu opus-me, com medo de que lhe fossem causar algum mal e que o meu filho morresse; resolvi levá-lo a casa, entregando-o aos cuidados do meu pai que era enfermeiro.

Depois de um mês em Sang Tai Hoo, fui libertada da prisão por falta de provas. A minha irmã só foi libertada após a amnistia do presidente Suharto, mas foi novamente presa um ano mais tarde, em Março de 1979. Levada com o meu tio P., que tinha sido capturado no momento da amnistia, os dois foram conduzidos de helicóptero para Baucau, onde foram depois executados.

Não fui torturada fisicamente, mas vi muitos compatriotas serem torturados. Vi presos com os dedos dos pés inchados e sem unhas devido à pressão que faziam com os pés das cadeiras ou mesas durante o interrogatório. Vi presos com a pele coberta de chagas devido a golpes de facas dados pelos inquisidores. Vi presos serem queimados com cigarros, agredidos brutalmente em todas as partes do corpo, com pés de cadeiras, «casse-têtes», chicotes...

Em 1979 o meu marido foi preso e, depois de um dia de interrogatórios acompanhados de maus tratos, foi massacrado. Fui, então, novamente presa e levada à Intel para mais interrogatórios, por causa de uma fotografia minha que se encontrava com o meu marido. Acabaram por me libertar, porque a minha irmã se adiantou a declarar que era ela quem tinha enviado a referida fotografia para o mato.

Até hoje o meu velho pai ainda se encontra num estado anormal devido à constante repressão contra a nossa família, principalmente contra a minha mãe, a minha irmã e eu. Apesar do estado em que se encontrava, o meu pai foi várias vezes preso porque rabiscava papéis, dos quais tirava depois fotocópias. Em meados de 1986, num Domingo, foi preso pela polícia política (Intel) quando tirava umas fotocópias; foi levado para uma das prisões dos Boinas Vermelhas em Colmera (Díli), depois para outra, ao lado do antigo Museu, hoje comando militar (Kodim), e daí para a Comarca, onde foi forçado a fazer exercícios e a rastejar, ao mesmo tempo que o agrediam com pontapés.

Quero apelar a todos, com vista a uma possível paz em Timor-Leste, a nossa querida e martirizada terra, onde os indonésios continuam a praticar estas formas de agressão com os outros irmãos timorenses, e outras formas ainda mais graves que, só a falta de comunicações (do interior para o exterior), impede que elas sejam conhecidas. Hoje estou aqui, faço parte de um povo que sofreu, sofre e continua a sofrer, e quer que os seus clamores sejam ouvidos.

Realmente é doloroso, penoso e lamentável, falar de novo do sofrimento tão amargo que eu vivi. Além de toda a tragédia, acima descrita, pela qual passou a minha família, fui sujeita aos caprichos do major A., corrupto e assassino indonésio. Fui violada à força por ele, e constantemente perseguida sob ameaças para atender os mesmos caprichos. Em 1979, na prisão de Sang Tai Hoo, a minha irmã foi brutalmente violada pelo comandante da prisão.

Foi insuportável o meu sofrimento; fartei-me de chorar, como tantos outros dos meus compatriotas ainda continuam a fazer. E hoje, se não choro é por uma simples razão: secaram-me as lágrimas.

Espero que o meu depoimento venha a contribuir para a eficácia da defesa dos nossos direitos.

Espero que os grupos solidários com o nosso povo intensifiquem as suas acções, procurando soluções viáveis, na medida do possível, de modo que possam contribuir para superar a dor do nosso povo que se arrasta há 12 anos.

Espero que os nossos amigos e grupos solidários com o nosso povo façam sentir aos seus governos a necessidade urgente de apoiar o nosso povo, uma vez que, segundo me parece, eles estão mais interessados em questões económicas do que na defesa dos sagrados direitos do nosso povo.

Garanto-vos que a nossa resistência não terminará enquanto os nossos compatriotas continuarem dispostos a sofrer as repressões do bárbaro invasor, e dispostos a morrer pela nossa Pátria. Por mais que a Indonésia seja a maior potência no sudeste asiático, continuo a acreditar, como todos os meus compatriotas, que ela não é eterna. Não há, na história dos povos, nenhum império que nunca tenha sido derrotado. Nessa linha de pensamento afirmo, com confiança, a esperança de que o povo Maubere — o povo de Timor-Leste — há-de alcançar o seu objectivo sagrado: a independência nacional!

«SOU TIMORENSE»
ED. A PAZ É POSSÍVEL
EM TIMOR-LESTE 1990

Resistência timorense

Depoimento de uma timorense

Olinda Morais (Bi-Nau), uma das assistentes da ponta leste que foi capturada em Março de 1990, conta a sua história:

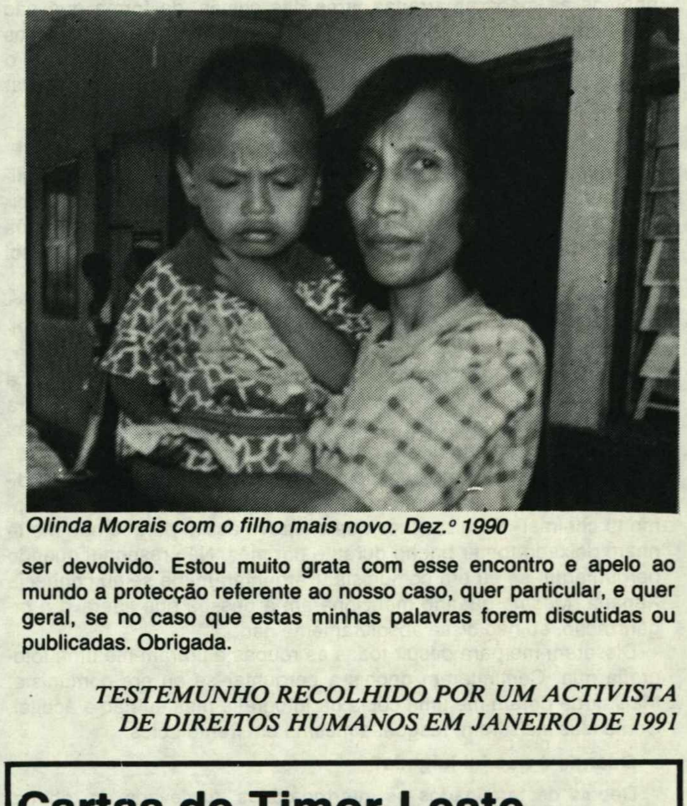
A população civil sempre foi o alvo dos bombardeamentos; em 1988, eu e o meu marido, João Miranda (Aluk), comandante da Primeira Unidade em conjunto com a população, foram brutalmente bombardeados, seguido de um cerco de aniquilamento do qual eu e o meu marido resolvemos entregar o nosso primeiro filho Benuindo, de dois anos de idade à família na zona controlada pela Indonésia, no suco de Kalasepu — Lospalos.

Em Março de 1989 dei à luz este meu segundo filho sempre debaixo das morteiradas. Em Março de 1990 a situação era aparentamente calma. Então, resolvemos celebrar juntamente com os guerrilheiros e a população o primeiro aniversário deste meu filho. No dia seguinte os indonésios agrediram-nos novamente; pela matutina do dia 28 de Março de 1990, fustigaram-nos com artilharias pesadas que registou cinco elementos da população gravemente feridos, mas graças a Deus eles foram evacuados embora houve tantas dificuldades; na evacuação tive má sorte porque caímos na emboscada e não consegui escapar devido também à minha condição física e fui capturada juntamente com o meu filho e três colaboradores. Fomos levados a Díli, eu e o meu filho estivemos presos em Colmera e outros dois foram internados no hospital militar; *fui inquirida, torturada e violada pelos agentes da inteligência militar e depois fui condicionalmente libertada e regressei a Lospalos. Mal me juntei com a minha família, apanhei um susto e desmaei quando me informaram que o meu primeiro filho (Benuindo) foi forçosamente tirado por tenente-coronel chamado Suryadi,* vice-assistente da inteligência em Kodam — IX/Udayana. Denpassar-Bali, na responsabilidade dos meus familiares que desde 1988 confiei e que o entreguei no dia 21 de Abril. É lógico que os meus familiares estavam de medo e deixou levar a criança em que os pais são responsáveis da resistência armada.

Suryadi era major quando desempenhava a função de comandante do batalhão 745 em Lospalos; em 1989 transferiu a Ainaro, como comandante do distrito, levando desde já o meu querido filho sem dar conhecimento aos meus familiares.

Depois de ter melhorado a minha saúde, lutei bastante para que esse senhor devolvesse o meu filho, mas tudo ficou em vão. Entrei com o comandante Gatot e outros mais, e sempre me deram respostas semelhantes: «O teu filho está em boas condições e não sejas atrevida porque o teu atrevimento comprometerá a situação do teu filho.»

Hoje o senhor Suryadi foi promovido como tenente-coronel e transferiu-se para Bali, levando também o meu filho. Sinto muito preocupada, e hoje estou neste estado.



Olinda Morais com o filho mais novo. Dez.º 1990

Peço às autoridades dos Direitos Humanos do mundo para velar e proteger o nosso caso e fazer pressão para que o meu filho possa ser devolvido. Estou muito grata com esse encontro e apelo ao mundo a protecção referente ao nosso caso, quer particular, e quer geral, se no caso que estas minhas palavras forem discutidas ou publicadas. Obrigada.

TESTEMUNHO RECOLHIDO POR UM ACTIVISTA
DE DIREITOS HUMANOS EM JANEIRO DE 1991

Cartas de Timor-Leste

«No dia 29.08.90, os elementos do batalhão 509, destacados em Desa Buikarim, assassinaram uma irmã de nome KASA BUI, de 30 anos de idade, filha de Loi Lekik e de Bui-Fahik, natural e residente em Bui Karim, RKIV, RTI, da povoação de Ainawain do suco de Balar-Uain.

No mesmo dia a nossa irmã foi sozinha à horta em Natar Aerok-Oan, por o marido se ter deslocado a Díli em negócio. Os assassinos do batalhão 509 encontraram a nossa irmã na horta a colher neli. Para satisfazer as suas necessidades biológicas, violaram-na utilizando a força. Como estava sozinha os assassinos fizeram-lhe tudo e no fim assassinaram-na. Cortaram os braços, os pés e a cabeça.»

Uma mulher na prisão

DOMINGAS DA COSTA, 33 anos, chegada a Portugal em Novembro de 1990.

TAPOL — Domingas, lembro-me bem da surpresa que tive ao saber que havia uma mulher entre os 42 prisioneiros timorenses julgados, que foram transferidos para Jacarta em 1984. Não sabia que uma mulher tinha sido julgada em Dili. Conte-me a sua experiência.

DOMINGAS DA COSTA — Fui presa na noite de 2 de Setembro de 1983 pelos militares indonésios e levada para o Kodim. Fui presa com dois colegas do mesmo grupo a que eu pertencia — Domingos Famunuli e Feliciano. Eles ficaram juntos numa cela e a mim puseram-me num quarto à parte, só para mim. Deixavam-me sair todas as manhãs, mas só um bocadinho. Só podia caminhar lá dentro.

Duas semanas mais tarde começaram a interrogar-me. Continuavam a fazer-me perguntas sobre a organização mas eu não lhes disse nada. Só lhes disse alguma coisa sobre a minha família. Duas semanas depois transferiram-me para a prisão da comarca, em Balide. Lá, puseram-me numa cela com cinco pessoas — eu era a única mulher. O quarto era um pouco maior, mas o chão estava coberto com fezes e urina. Havia por todo o lado. Nunca nos deixavam sair da cela, defecando, urinando, dormindo no mesmo lugar. Tínhamos as mãos amarradas atrás das costas, de forma que não nos podíamos mexer. Nunca tivemos um banho nem nos lavámos ou saímos de lá durante um mês inteiro. Pode imaginar como era o cheiro. Não me apareceu a menstruação. Mal nos deram comida. De todas as vezes que traziam comida, batiam-me primeiro.

Quanto tempo ficaram nessas horríveis condições?

Um mês inteiro. Depois disso, mudaram-me para o Centro Benfica-Sporting, um antigo centro português de desportos que o exército indonésio utilizou para interrogar pessoas detidas. Muitos de nós fomos levados para esse local, tantas vezes deixados sob um sol abrasador.

Fomos interrogados aí, vezes e vezes seguidas. Durante o interrogatório colocavam a perna de uma cadeira sobre o meu pé e sentavam-se nela. Era terrivelmente doloroso. Não conseguia suportar. Faziam-me toda a espécie de perguntas sobre os meus amigos e assim, mas eu não lhes disse nada. Continuaram a levar-me para esse lugar, para interrogatórios. Quando me ofereciam comida eu recusava, porque não queria dar-lhes nenhum pretexto.

De cada vez que era convocada para o interrogatório, eles diziam-me para ir tomar banho: «Imagina, um a mulher a cheirar como tu cheiras!» Eu disse-lhes que cheirava assim porque não me tinham deixado tomar banho durante um mês. Não respondi quando perguntaram se eu era comunista. Perguntaram-me se eu conhecia Xanana. Mesmo quando mencionaram a pessoa que liderava a organização, eu não disse absolutamente nada.

Disseram-me para despir todas as roupas e tiraram-me uma fotografia nua. Continuaram depois a perguntar se eu era comunista. Mais tarde deram-me uma cópia da fotografia mas eu não a aceitei. Como eles insistiram, rasguei-a mesmo em frente deles.

Quando é que foi julgada?

Depois de terminados os interrogatórios, fui levada ao tribunal para ser julgada, em Dezembro de 1983. Não me lembro do dia. Eles disseram no tribunal que eu não era prisioneira política, mas uma criminosa. Neguei-o vigorosamente. Eu estava a ser julgada com quatro homens. Tínhamos de nos sentar a alguma distância e não podíamos ter nenhum contacto. Os outros prisioneiros eram: Mário, Basílio Alves Factas, Luís Carvalho e Feliciano. As únicas outras pessoas na sala do tribunal eram o juiz, o promotor de justiça e o advogado. O julgamento continuou durante uma semana inteira.

No último dia, o juiz anunciou que a minha pena era de 12 anos, mas eu recusei-me a aceitar uma sentença tão pesada; então o juiz disse que eu podia ficar com 6 anos, e eu aceitei.

É uma forma muito estranha de proferir uma sentença. Que quer dizer com «eu não a aceitei»? Como é que eles proferem a sentença? Normalmente há processos da defesa para contestar a pena pedida pela acusação. A Domingas tinha um advogado?

Domingos da Costa com a filha na prisão de Tangerang

Eu disse que não aceitava porque eu não era uma criminosa. Não aconteceu nada como diz. O juiz disse que eu tinha de aceitar a sentença se não as coisas seriam muito piores. Então eu aceitei os seis anos. Sim, havia um advogado, um indonésio. Não há advogados timorenses.

Depois do julgamento, fui levada para a prisão de Balide e de lá fui transferida com todos os outros para Jacarta, no dia 15 de Maio de 1984. Os homens foram levados para Cipinang, mas eu fui para a prisão de Salemba durante quatro semanas. Estava numa cela muito pequena. Tinha de urinar e defecar numa lata e esvaziá-la mais tarde.

Então o director da prisão de mulheres de Tangerang, Haryati, veio buscar-me. Fiquei sozinha numa cela durante duas semanas, depois mudaram-me para o Bloco Anggrek. Aí, estava com duas mulheres mais velhas, que se tornaram grandes amigas minhas, Sundari Abdulrahaman e Tati. Ao princípio não podíamos falar umas com as outras porque elas eram «prisioneiras PKI» (prisioneiras políticas) e eu era o que eles chamam «prisioneira GPK» (perturbadores da ordem e da segurança). Éramos quatro ali juntas, com a minha filhinha que tinha dois anos na altura. Eu dormia na cela n.º 5 com a minha filha; Mama Sundari estava na cela n.º 11 e Mama Tati na cela n.º 3.

Eu chamava-lhes, às duas, Mama porque eram muito boas para mim. Se eu ficava doente, elas vinham e cuidavam de mim. Ensinaram-me a coser e a bordar e ensinaram-me a falar indonésio — eu não sabia falá-lo quando lá cheguei. Mantiveram-nos separadas das outras prisioneiras porque nós éramos «tapols» (prisioneiras políticas) e as outras prisioneiras de delitos comuns. Sundari ensinou-me bordados e Tati como trabalhar nos campos. Comecei lições para aprender a coser à máquina, mas fiquei doente com diarreia e as lições nunca mais recomeçaram.

Mama Sundari pediu-me para a ajudar a trabalhar na cozinha, assim todos os dias acordava muito cedo e fazia alguns exercícios físicos. Depois tínhamos de limpar a nossa cela e limpar o pátio lá fora. Depois disso, havia a chamada. Tínhamos o almoço na sala. Depois do almoço íamos trabalhar — pediam-me para tratar das galinhas, limpar as capoeiras. Isto continuou até eu deixar Tangerang e voltar para Dili.

Cumpriu os seis anos inteiros?

Não, tive uma redução, por isso estive na prisão 5 anos.

Quais foram os acontecimentos que levaram à sua detenção?

Como sabe, houve um cessar-fogo em 1983, depois das conversações entre Xanana Gusmão e o comandante militar indonésio em Março desse ano. Mas o cessar-fogo foi quebrado em Agosto de 1983 e logo depois muitas pessoas foram presas em várias partes do território.

Como foi a sua experiência na altura da invasão?

Fugi para o mato quando os indonésios invadiram Dili.

Nessa altura, eu já era membro da Fretilin. Tinha 17 anos e ainda andava na escola. Tornei-me membro da Organização das Mulheres (OPMT). Havia muitas mulheres no mato com a Fretilin. Ajudávamos a manter ligações entre os guerrilheiros da Fretilin e a população. As mulheres eram quem mantinha contacto com os guerrilheiros. Não existiam outras organizações que faziam isto, apenas a OPMT. Também ajudávamos a preparar a comida e costurávamos os uniformes dos nossos soldados. A OPMT encorajava as mulheres a participar nos encontros. Os portugueses nunca encorajaram as mulheres a trabalhar fora de casa: esperava-se que elas ficassem em casa todo o tempo. Mas a Fretilin tinha uma visão diferente. Queria que as mulheres tivessem um papel activo, participassem nas reuniões. Havia comissárias políticas com responsabilidades.

Fiquei no mato durante três anos, primeiro fui para Aileu. Mas quando as tropas indonésias se aproximaram, tivemos de ir para outro lado. Mas, por mais frequentemente que nós mudássemos, a nossa organização de mulheres continuava a funcionar.

Fui presa em 1979 em Fatuberliu. Era aí que estava Nicolau Lobato, presidente da Fretilin. Muitas pessoas foram mortas e muitos de nós fomos presos lá. Houve lá grandes combates. Muitos dos líderes máximos da Fretilin encontravam-se na área.

Depois de ter sido presa, fui levada para Tassihati, que fica na costa. Depois de ficar aí detida durante dois dias, fui enviada para Turiscai, porque sou natural de lá e não me deixavam regressar a Dili. Estava sob custódia, mas era frequentemente chamada para interrogatório. Alguém que eu conhecia disse que tinha sido membro da organização. Alguém chamado Filomeno falou ao Koramil acerca de mim. Eu disse aos militares que não sabia de nada porque era ainda muito jovem na altura. Assim, eles deixaram-me ir embora.

O que é que aconteceu à luta depois de ter sido capturada?

Em 1979 e em 1980 já havia uma organização clandestina a funcionar. Eles lançaram uma acção em Junho de 1980 contra os indonésios em Dili. Mas nessa altura eu ainda estava em Turiscai. Quando voltei a Dili em 1982, havia grupos clandestinos a actuar em cada subdistrito. Só em 1982 pude regressar a Dili e, logo que lá cheguei, entrei em contacto novamente com a nossa organização.

Os portugueses agiram de forma diferente quando estavam no poder?

De forma muito diferente. Eram muito mais disciplinados. Se os indonésios andam atrás de alguém, destroem a família inteira. Agora existe um grande terror. Se vêm jornalistas e falam com alguém, os indonésios logo chegam em seguida para descobrirem tudo.

ENTREVISTA CONDUZIDA POR TAPOL: THE INDONESIA HUMAN RIGHTS CAMPAIGN, ABRIL DE 1991.

Cartas de Timor-Leste

29.12.90

«Pelas vinte e duas horas de domingo, as estudantes Eurosia da Silva Alves, de 15 anos de idade, e Domingas, de 16 anos de idade, foram assaltadas, pelos militares indonésios. Porém, conseguiram escapar.

Um mês depois, deu-se um novo assalto por parte de militares às duas estudantes (Eurosia e Domingas). Levaram a Eurosia e deixaram a Domingas por ter fracturado uma perna.

Depois de muito maltratada, mataram a Eurosia, cortando-lhe de seguida a vagina e os seios. Meteram a vagina na boca e colocaram em cada uma das mãos, os seios.

(Informação dada pela sua companheira Domingas que escapara da morte e assistira ao massacre.)»

Em Timor vivíamos com medo

ELGA estava sozinha em casa, com as três filhas, na madrugada de Dezembro em que os soldados indonésios invadiram Timor, fugiu com a família para o mato, onde ficou escondida até ao dia em que foram todos capturados. Após dois anos num campo especial, conseguiu bilhete de avião para Lisboa com a ajuda da Cruz Vermelha Internacional. Nesta secção, em que a palavra é das leitoras, conta a sua história a Isabel Stilwell.

Tenho saudades do cheiro do café e da terra molhada. Das folhas de sândalo, das árvores de trezentos anos que agora foram arrancadas. O que quer que lhe faça? Tenho saudades de Timor. Dos dias em que lá não havia soldados indonésios, não tínhamos medo de ficar sozinhas em casa e podíamos deixar os nossos filhos passear pelo mato e irem com os pais à caça.

Lembro-me muito bem do dia da invasão. Foi no dia 7 de Dezembro de 1975. Para nós, foi muito duro. Bombardeavam a cidade e os soldados entravam em casa, aos cinco e seis de cada vez, tiravam as nossas coisas e comportavam-se como se fossem nossos maridos. As filhas, escondíamo-las. Para nós era uma surpresa. Mesmo durante a guerra civil os homens sempre tinham respeitado as mulheres. Era assim, em Timor.

O meu marido não estava em casa, porque tinha sido preso já há algum tempo pela Fretilin. Ele era branco e português. Eu estava sozinha com as minhas três filhas pequenas.

Nessa manhã, esperei em casa mais umas horas. Vi-os entrar e sair muitas vezes. E depois fui com as crianças para o hospital de Dili. Queria saber o que fazer, como descobrir onde estava o meu marido, se era possível libertá-lo. Disseram-me que o tinham levado para a montanha e eu meti-me numa camioneta e pus-me a seguir caminho.

No mato juntei-me aos outros. Toda a gente que podia fugia da cidade e reunia-se aos outros timorenses na montanha ou no mato.

Ao fim de cinco meses de lá estar, o meu marido encontrou-me. A Fretilin tinha-o libertado naquela zona. Depois ficámos mais quatro anos escondidos.

As minhas filhas iam à escola do mato. Como não havia cadernos, cortávamos cascas de árvores e transformávamo-las em pequenos quadros onde os miúdos aprendiam a escrever. Eram muitos e era preciso que não deixassem de aprender. Por isso tivemos de nos organizar.

O trabalho também era em grupo. A maioria eram mulheres, porque os homens andavam na luta. E os campos eram longe do sítio onde vivíamos, porque no mato cerrado não era possível cultivar. Por isso eu ia trabalhar para os campos com as outras mulheres, e depois voltava, um dia por semana, para trazer comida para os meus. As minhas filhas ficavam com o pai, porque ele estava doente. De cada vez que tinha de partir ia com o coração apertado: talvez, para a próxima, eles já não estivessem lá, os indonésios os tivessem levado. Todas as crianças tinham ordens para não andarem por longe. Sabíamos que os soldados as apanhavam e as levavam para a terra deles nos barcos militares e as empregavam em suas casas, como escravas.

Quando o meu irmão morreu levaram-lhe os filhos e nunca mais os vimos. O Ricardo, um outro sobrinho meu, foi levado aos seis anos e voltou aos 14. Jacarta é muito longe, há muitos mares entre tudo, ele levou muito tempo a conseguir voltar. Há outros que vão tão pequeninos que já nem se lembram de quem são nem onde está a família. Nalguns casos guardam as crianças num campo, para conseguirem que os pais deixem o mato e se venham entregar.

Às vezes, havia alguns soldados menos maus. Uma outra das minhas sobrinhas — em Timor as famílias são muito grandes — voltou a Dili com os soldados que mataram os pais e os irmãos dela e eles levaram-na a casa da minha irmã, que já tinha sete filhos e um outro sobrinho à sua guarda. Quando os nossos irmãos morrem na guerra, nós acolhemos os seus filhos como se fossem nossos. Há sempre lugar para mais um.

Mas para conseguirem que nem os soldados indonésios de melhor coração se comovam com o que nos fazem, as autoridades indonésias estão sempre a trocá-los de sítio. Nas tropas deles há, por vezes, soldados de outras tribos que também estão sob o domínio dos javaneses e esses, coitados, dizem: «Vocês sabem que nós não queremos fazer isto. Achamos que esta terra é vossa.» Mas não podem fazer nada. Eles protegem-se uns aos outros e são muitos.

Nós não aceitamos a invasão. Não sei se sabe, mas Timor-Leste sempre foi independente. Mesmo antes dos portugueses lá chegarem, a nossa ilha estava dividida em dois reinos, de identidade diferente. Sombay, Timor ocidental, na parte Ocidental, e Behale, na parte leste, onde sempre falámos o tétum. Mesmo depois de vocês lá terem estado, os reinos continuavam divididos. Os holandeses ficaram com o lado ocidental e os portugueses con o nosso lado de Timor.

Mas, lá no mato, o inevitável acabou por acontecer. Um dia fomos todos apanhados, mas pelo menos estávamos juntos. Tinha então a minha filha mais velha nove anos. Nessa altura fomos levados para uma administração — uma administração é um campo, uma vila, onde nos juntam todos e nos vigiam, de onde não podemos sair. Para lá chegarmos ainda andámos no mato dois dias e duas noites. E não gostámos de como eles tratavam as mulheres. Dormíamos todas muito juntas, mas mesmo assim eles andavam, no meio de nós, a mexer nas raparigas. Nós não estávamos habituadas.

Resistência timorense. 1989

Lembro-me de quando, na primeira manhã, nos levaram ao rio para nos lavarmos. Queriam que tirássemos as roupas todas. Diziam que tinha de ser, que só assim ficaríamos limpas e apontavam-nos com o cano das espingardas. Como éramos muitas dissemos que não e conseguimos que eles não nos forçassem. Eles também queriam chegar depressa ao campo, não gostavam de andar ali no mato com um grupo tão grande de presos.

Ficámos na administração 22 meses. Finalmente, a família conseguiu acudir-nos, mexer os cordelinhos para sairmos de lá. Foram meses horríveis. Tínhamos fome e estávamos doentes. O meu marido, que já não andava bem, piorou muito.

Naquelas administrações estamos presos. Não nos deixam ir cultivar a terra e por isso não há o suficiente para comer. Obrigam-nos a ficar sempre por ali; os homens fazem recados para os soldados. Se temos alguém ainda no mato fazem-nos perguntas, ameaçam-nos para dizermos onde eles estão. E isto é se não tiverem nada de concreto contra nós.

O meu primo João, também capturado, não teve a mesma sorte. Ele trabalhava no mato, com a Cruz Vermelha Internacional, e eles não gostavam nada disso. Esteve preso em Ataúro durante três anos e Ataúro é uma ilha para onde só vão os presos e é muito mau. Mas, mesmo assim, ainda teve alguma sorte, porque quando desconfiam que eles são mesmo importantes para a resistência do mato, liquidam-nos logo. A ele, só o torturaram com choques eléctricos, mas nunca usaram aquelas outras maneiras, tão terríveis que nem falo nelas, de o fazer contar. Também tinham um certo medo porque a Cruz Vermelha Internacional sabia que ele lá estava e não era nada bom que desaparecesse sem deixar rasto, como acontece a muitos outros. A Cruz Vermelha Internacional acabou mesmo por o conseguir tirar de lá e ele também veio para Portugal.

Quanto fomos libertos, voltámos para Dili. A nossa casa tinha sido ocupada. Os indonésios ficam com tudo o que é abandonado e como, na terra deles, vivem muitas vezes sem tecto, mandam logo vir a família para Timor.

Mas como lhe disse, entre nós, quem tem lugar acolhe quem não tem. E as casas de lá são bonitas, têm uma varanda comprida onde uma pessoa se pode sempre deitar. Aqui, em Portugal, é que temos frio. Lá o clima é bom, o vento não deixa ser muito quente. Fomos para casa de família. Éramos 45 pessoas em quatro quartos. Mais a varanda, claro. Quando falo nisto, só fico triste porque me lembro que eles estão a deitar abaixo as nossas casas e a não deixar que se temos de acabar com essas tradições timorenses, que é preciso fazer como as indonésias. E agora aqui nós fazemos barracas que o vento está sempre a levar.

Não digo que comêssemos bem, porque não comíamos, mas como o arroz, nessa altura, ainda estava barato ia chegando para todos. Claro que aquilo nos fazia raiva. Nunca fomos pobres, sempre tivemos café, mandioca, comida que vinha dos campos. E agora estávamos assim, a ver as nossas terras por cultivar, mas sem lá podermos chegar.

E depois as doenças continuavam a espalhar-se e a matar. A água já não é limpa como dantes e o paludismo voltou a espalhar-se num instante. As crianças não são vacinadas contra nada. No tempo português eram, mas agora as minhas filhas só o foram quando chegaram cá. Tivemos foi sorte de escapar às outras «vacinas» que as autoridades indonésias davam às raparigas de 12 e 13 anos. Diziam que eram para o tétano, mas depois descobriu-se, e foi denunciado cá fora, que eram medicamentos que impediam as mulheres de terem filhos. Eles só pararam porque, por engano, também injectaram a filha do governador. Quando ele soube que ela também estava a ser atingida, deu pelo que estavam a fazer e também fez pressão para que acabassem com aquilo. Apesar de ser uma pessoa escolhida pela Indonésia. Como as minhas filhas andavam no colégio católico da diocese, onde se estuda português, não foram tocadas.

Ficámos ainda com mais raiva quando soubemos que eles andavam a fazer isto. Eles querem reduzir a população, acabar com a raça timorense. Na terra deles há muita gente e pouco espaço e querem o nosso território para porem lá quem têm a mais do lado deles. Sabem que ali a terra dá frutos depressa e que há o café e o mar, que ainda não foi explorado. Pense que em 1975, antes da invasão, éramos 680 mil e em 1980 já não chegávamos aos 500 mil. E desde aí morreram tantos: só nos dois anos após a invasão foram 200 000 timorenses.

Ainda por cima, para os timorenses, as crianças são uma riqueza. Ninguém se importava de ter filhos, porque havia sempre que lhes dar de comer e eles ajudavam a cultivar a terra. Tive os meus em casa, com a ajuda de uma parteira que chamávamos e era assim que se passava com quase todas nós. Não fazíamos complicações do parto e amamentávamos os nossos filhos até terem idade de comer papas, canjas e frutos. Agora que os vemos morrer na guerra e sabemos que querem acabar connosco queremos continuar a ter crianças. Pelo menos, queríamos... Os casais mais novos já têm medo de ter muitos filhos, porque sabem que não há forma de os sustentar, que lhos podem levar.

Também houve algumas crianças que nasceram de violações por soldados ou então de casamentos mistos. Sei que não é justo, mas as pessoas não gostam desses meninos, nem dessas mulheres. Desde que tenham sangue javanês, os timorenses têm-lhes raiva.

Estivemos ainda em Dili uns anos. A vida era difícil e não se podia falar de nada nem sair de lá sem autorizações especiais. Nem ir como de Lisboa a Cascais se podia.

Antigamente costumávamos juntar-nos nas ruas, em grupos, e conversar muito. Mas agora já não. Mesmo entre as nossas conterrâneas, havia algumas que iam contar aos indonésios o que nós dizíamos. Eles pagavam-lhes e elas se calhar precisavam do dinheiro e não se importavam de nos trair.

Apesar de tudo, ali na cidade, as coisas estavam calmas. A luta continuava era no mato.

Como o meu marido tinha nacionalidade portuguesa, não conseguia arranjar emprego. Eles dizem que a pessoa pode escolher entre a nacionalidade portuguesa e a indonésia, mas depois, quando não se escolhe a indonésia, despedem do emprego ou não aceitam. Mas o meu marido não optou e por isso conseguimos ser enviados para Portugal ao abrigo de um acordo que diz que os portugueses, ou os que trabalharam na Função Pública portuguesa em Timor podem vir para Lisboa.

Para além dessa maneira de sair de Timor, só há uma outra: o programa de reunificação de famílias da Cruz Vermelha Internacional. Mas é preciso ter cá em Portugal um pai ou um filho. O que acontece é que algumas famílias conseguem juntar dinheiro para comprar um passaporte falso e uma viagem de avião e mandam os filhos à frente, quando eles chegam à altura de irem para o exército indonésio. Nessa altura, se eles não vão, as autoridades batem à porta e levam-nos à força e muitas vezes eles nunca mais voltam. Quando eles conseguem fugir, depois podem chamar para cá os pais. Mas leva muito tempo, é preciso esperar muito...

Chegámos há dois anos. Fomos recebidos, no aeroporto, por pessoas da Segurança Social e dos grupos de apoio a timorenses que existem em Portugal. A Segurança Social arranja uma casa ou uma pensão e dá um subsídio, muito pequeno, mas sempre é qualquer coisa, durante uns meses.

Nós não temos estatuto de refugiados. Timor ainda está na lista dos territórios não autónomos e sob administração portuguesa e por isso as Nações Unidas não nos consideram refugiados.

Viemos muitos, somos 11 lá em casa, porque, nos últimos anos em Dili, tínhamos em nosso poder sobrinhos órfãos de pais. Sabemos que temos sorte por não termos ido para o Vale do Jamor, mas a pensão em que ficámos também não tem grandes condições. Chamamos-lhes pensões mas são prédios inteiros que pertencem a uma ou duas pessoas que alugam os andares à Segurança Social. Às vezes funcionam mesmo tipo hotel, mas isso ainda é pior, porque como são sempre famílias muito grandes, ainda ficam mais umas em cima das outras.

Agora os mais pequenos estão a estudar. É difícil arranjar emprego e os papéis demoram muito a conseguir, porque nós muitas vezes não conseguimos trazer nada de Timor. Eles quando nos deixam sair revistam tudo. Por vezes conseguimos esconder um traje regional, o «tai», ou um tambor, mas mais nada. Sabemos que tudo o que deixámos lá fica para os indonésios.

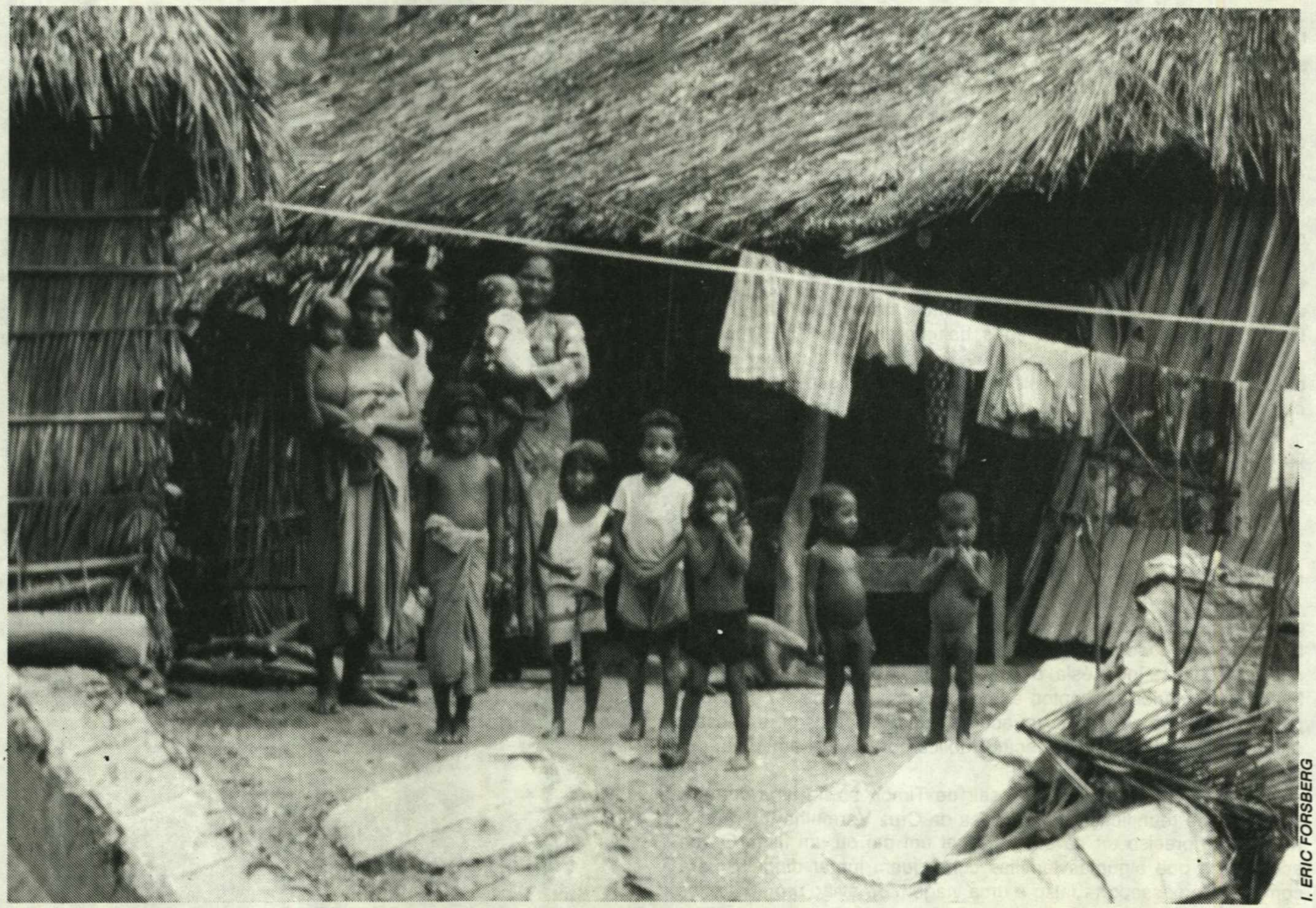
As pessoas aceitam-nos bem, mas os timorenses vivem todos muito separados uns dos outros e sem condições. Principalmente se se pensar que não temos dinheiro para as deslocações. Mas estamos livres e isso conta muito para nós. As crianças têm algumas dificuldades em habituar-se à escola. As minhas estiveram em Timor num colégio português, por isso a língua não era estrangeira para elas. Mas os outros miúdos só falam tétum ou indonésio quando chegam. Em Timor é proibido falar português ou tétum e eles aprendem indonésio na escola. Isto quer dizer que eles até podem saber as matérias, mas têm grande dificuldade em explicá-las aos professores. Não encontram as palavras certas. E por isso às vezes não passam.

Sabemos que não vamos voltar tão depressa para Timor. Sabemos que, se calhar, só podemos contar com a coragem dos timorenses para resistir à invasão. Os timorensese são um povo corajoso. Os nossos filhos falam muitas vezes em voltar. Mas nós não podemos voltar, nem que quiséssemos. É uma das condições que as autoridades indonésias nos impõem: quem vai, não torna a entrar. Só sei de um ou dois casos em que não foi assim. Um padre, que era muito corajoso e nos ajudava muito, conseguiu exigir regressar a Timor depois de uma visita a Portugal. Mas os outros, mesmo os portugueses, não saem, porque se não não voltam a pôr lá os pés. Da mesma maneira ninguém de outro país lá pode ir. E o correio não chega. As notícias que temos vêm por conterrâneos nossos que, finalmente, conseguiram sair.

Agora temos mais esperanças de que um dia as coisas mudem. Já cada vez mais pessoas sabem o que se passa em Timor. Cá, em Portugal, há vários grupos de solidariedade, que ouvem os timorenses que chegam e depois contam o que eles lhes dizem num boletim que distribuem junto das autoridades e outros grupos importantes. E há grupos de outros conterrâneos nossos, que já cá estão há mais tempo, que nos ajudam a integrar, simplificando as dificuldades.

Porque os timorenses que cá estão são muito mais unidos do que eram. Ao princípio uns queriam uma coisa, outros outra. Mas os que chegam agora, os que passaram o que nós passámos, sabem que temos de estar unidos para conseguirmos que respeitem a nossa raça e não a exterminem para sempre.

«MARIE CLAIRE», DEZEMBRO 1989



Bairros em Bidau — Santana. 1989

I. ERIC FORSBERG

Ita Timur oan sira ne «Nós, filhos de Timor»

Sobre a morte do marido: «Tínhamos combinado que nunca nos entregaríamos aos indonésios. As últimas duas balas seriam para nós. Ele teve pena de mim, não me matou...»
Para Fátima G.

Esqueci o Koweit, com esta chuva de fim de guerra. Uma guerra lembrou-me outra. De certeza, as coisas que penso fortemente são a minha ideologia. Percebo que afinal sou capaz de pensar coisas do mundo, e essa era a ideologia que ainda não sabia. A ordem do mundo também começa em mim.

Ao Koweit, fui-o esquecendo também por um excesso cansativo. Não quis mais saber, e quis saber outras coisas. Uma guerra lembrou-me outra e comecei a querer saber de Timor-Leste.

Lembro uma canção que, em criança, um timorense me ensinou num campo de férias: *Ita Timur oan sira ne/ Laran meçak/ Kmanek Kmanek deit/ Laran naós/ Klamar naós/ Lao buka rai/ Seluk Seluk.* «Nós filhos de Timor/ Temos cá dentro/ Uma força/ Muito limpa/ Alma limpa/ Andamos à procura/ De outras terras.»

Lembro de em criança a cantar sem saber. Lembro agora, com a chuva, que já a não sei cantar.

Comecei a querer saber de Timor-Leste. Falei então com um homem português que tem uma causa, o prof. A. Barbedo de Magalhães. Esse homem trouxe-me uma mulher de Timor, Fátima G., e ela falou-me. Foi num sábado, um dia depois de Portugal ter apresentado no Tribunal de Haia uma queixa formal contra a Indonésia.

Este é um texto difícil, por uma causa.

Até há muito pouco tempo, quase nada sabia de Timor. Nem sequer os factos, que me foram agora relatados e que constam de uma nota à parte. Do ainda precário conhecimento deles, restou uma espécie de espanto ingénuo. Nunca me falaram de Timor-Leste, nunca se fala muito de Timor e isso assusta. Falar inquieta os erros e, esses, provavelmente, a história os desculpará. Não se trata aqui de culpar, porque essa ousadia é tamanha e porque haverá todo um contexto histórico que, parcialmente, explicará a actuação de Portugal face ao problema de Timor. Trata-se apenas do meu pequeno espanto, quiçá ingénuo, de sentir que, como portugueses, temos inegáveis responsabilidades para com o povo de Timor. E é sobre isto que temos de ser inequívocos.

O problema de Timor perdura há já quinze anos. Quinze anos. São demasiados anos para a resistência de um povo, de uma cultura, de uma identidade que é a identidade do povo maubere. São demasiados anos para resistir a uma razão. E são demasiados anos para que a história também não esqueça. Talvez só mesmo a tenacidade desse povo admirável, mas nunca tenacidade nenhuma resolveu, por si mesma, conflito nenhum.

«A resistência está sem armas... vai ter que se resolver muito, muito brevemente, o problema de Timor...», diz a Fátima, e é por causa de Timor.

E nisto, ser português o que é?

A MORTE DA IRMÃ E DO MARIDO

Para mim a Fátima foi, nessa tarde, o problema de Timor inteiro. Foi uma mulher que me falou por um povo. «Já consigo falar porque já me sinto forte...», diz essa mulher bonita, de trinta e cinco anos, dez dos quais vividos na montanha, na resistência timorense. Fátima diz-me coisas que eu nunca ouvi a ninguém, simplesmente porque nunca conheci mulher nenhuma que tivesse vivido coisas medonhas como ela ou como qualquer timorense. Foge com os olhos quando fala e fala de coisas que eu não pergunto.

Estamos os três num café e falamos de uma terra onde «há muitos macacos» como ela diz, e que é a dela. Custa-me muito ouvi-la falar. Dói-me e foi assim mesmo. Não há uma continuidade sequencial na conversa. Aterrada, não consigo perguntar. Dói-me, é só o que sei dizer. E depois «em Díli, quando os indonésios atacaram com forças pára-quedistas, as pessoas vieram para a rua ver... julgavam ser pequenos aviões... era domingo, preparávamo-nos para ir à missa... voltei a casa para buscar as coisas e fugir, e vi muitos esborrachados no chão. Os pára-quedas não tinham chegado a abrir, outros, vimo-los cair no mar» e depois, foi fugir. Foi a montanha, a resistência, os bombardeamentos aéreos, as sucessivas deslocações e o paludismo, que a mantiveram quase um ano enferma. «Para fugir, levavam-me atada a uma cadeira...», e depois chegou um enfermeiro ao acampamento, era amigo do pai, também enfermeiro, e a última injecção foi para ela.

Fala dos mosquitos ainda com raiva, nessa zona pantanosa onde aprendeu a cultivar o arroz, duas colheitas por ano. O casamento no mato, a perda da irmã...

«O capim era muito alto, eu e a minha mãe fomos para um lado e ela para outro... nunca mais...». Soube muito depois, quando presa em Díli, que um grupo de mulheres e crianças entre as quais se contava a irmã, fora apanhado pelos militares indonésios, que tinham sido torturadas e violadas e depois mortas. As crianças também.

A morte do marido...

«Tínhamos combinado que nunca nos entregaríamos aos indonésios. As últimas duas balas seriam para nós. Ele teve pena de mim, não me matou...». E fica em silêncio.

Fátima tem uma forma lindíssima de ser esquiva, foge com os olhos e quase sorri depois. É no silêncio que fica a vida. Reparo nas mãos. Tem um anel que me diz quase tudo: duas mãos enlaçam-se numa saudação fraternal. Como uma jura de um amor muito forte. Nao lhe falo no anel. Tem uma força indescritível na mão daquela mulher. Diz que gosta muito de peixe. «Íamos para a praia treinar e os peixes saltavam à superfície... apanhávamo-los com os disparos das nossas armas... uma vez esquecemo-nos de avisar a população e quando regressámos, tinham fugido todos... julgavam que eram os indonésios...».

Explica-me como faziam os cercos aos porcos selvagens com o fogo; fala-me das festas que duravam a noite com cantares e uma viola, aprendizagem de montar potros selvagens sem cela. Fala-me da vida, da dela, como timorense resistente. Da prisão e da vinda para Portugal há quatro anos, através da Cruz Vermelha Internacional. «A primeira vez que vi comboios foi cá...» E depois diz: «Nós, os timorenses, dizemos que cá somos livres, mas não gostamos é do frio...»

«Gosto mesmo é de falar das mulheres timorenses...» E depois ficamos as duas. Há em mim uma espécie de aperto que complica a feitura deste texto. Nessa tarde, lembro de não ser capaz de ver a mesma vida nas ruas de Lisboa. De me sentir perburbada com o que ouvira duma mulher como a Fátima. De ser quase incapaz de escrever este texto e de precisar de o fazer. De sentir quase relutância em dizer o que a Fátima me disse. Porque não se trata de especular, mas foi pelo que dela ouvi que me emocionei. Que voltei a perguntar: e nisto, o que é ser português?

Para mim essa mulher foi, nessa tarde, o nosso problema de Timor inteiro.

Neon nakukum/ Sei horas ne/ Abanbain rua/ Sei nakloqueb/Aman inan diak/ Neom metim bá/ Ami tomak mós. «Dentro de nós/Há escuridão/ Até hoje/ Amanhã ou depois/ Há-de abrir-se/ O pai e a mãe são bons/ Confiam inteiramente/ Em nós.»

Lembrei depois que sabia esta canção, desde criança. E só depois, muito depois, soube o que quis dizer.

HELENA MORAIS
«DIÁRIO DE NOTÍCIAS», 19/3/91

Aguardando o momento do regresso

A sua história não é triste, embora dela façam parte alguns episódios muito trágicos. Pelo contrário, é uma história de esperança e de fé, nas mais diversas acepções do termo. Fé na generosidade que existe no fundo do coração dos homens e que acabará por lhes fazer justiça, dando-lhes o futuro que merecem na sua terra.

Têm fé na sua própria capacidade de adaptação às condições adversas e a sucessivos lares que nada têm a ver com elas; fé nos maridos que lhes vão trazendo para casa o pão de que parcamente se alimentam; fé no Deus dos católicos que lhes manda os filhos que entender e que são a alegria do seu quotidiano.

E até uma confiança filial no Santo Padre, de cuja solidariedade não duvidam, apesar da recente polémica a propósito da ausência do seu beijo no solo de Dili, imediatamente após a sua visita à capital indonésia. Quando as procurámos, na espécie de aldeia que lhes foi improvisada, no Vale do Jamor, não conseguimos evitar uma certa apreensão: trata-se de gente mal tratada por um destino para o qual em nada contribuiu a viver em condições cuja precaridade é sobejamente conhecida.

E isto após alguns anos de bruscas mudanças de residência das suas casas timorenses, confortáveis à sua maneira, com jardim e horta bem cuidados, para Jacarta e daí para uma pensão no Algarve ou algures nos arredores de Lisboa. Depois para uma barraca ou para uma destas casas pré-fabricadas, aguadando finalmente a sua próxima transferência para um apartamento que não escolheram e se mostra demasiado apertado para a sua extensa família. Será que nos recebem bem? Não estarão fartas de falar e lamentar-se, por saberem que nada disso leva à resolução dos seus problemas? E não se recusarão agora a contribuir para alimentar a curiosidade de mais uns intrusos, alheios às suas próprias dores e desgraças?

Surpresa. O que encontramos é outra realidade, que trai completamente estes receios. Apesar de situado perto de uma zona de barracas, o bairro de casas pré-fabricadas tem um aspecto acolhedor. Nas soleiras das portas e na janelas abertas há mulheres que conversam e riem, vigiando com poucos cuidados as crianças que brincam ao sol, sem brinquedos, mas felizes, nos caminhos de terra batida.

De uma das casas, chegam-nos sons produzidos numa viola, que denunciam a imaturidade musical de quem toca: é um grupo de rapazes, que logo desiste da viola e vai para outra casa qualquer ouvir (e dar a ouvir a toda a aldeia) alguns temas de música «reggae». É a sua forma descontraída de gozar uma luminosa e agradável manhã de domingo. Muitas das mulheres que ainda ali moram (diversas famílias já foram alojadas em habitações sociais construídas pela Câmara Municipal de Oeiras e pelo respectivo Centro Regional de Segurança Social) não estão em casa. Foram à Missa. Apesar de Timor-Leste se integrar num imenso arquipélago em que a religião predominante é o islamismo (cerca de 90% da população indonésia é muçulmana), a grande maioria dos timorenses lusófonos é católica.

UM CASAMENTO IMPOSTO MAS BEM SUCEDIDO

Daí o seu afastamento também em relação a práticas e costumes indígenas ligados a uma herança de carácter politeísta ou até de influência hindu.

Como os que dizem respeito ao casamento, por exemplo. Dulce, 35 anos, é casada pela segunda vez. O primeiro marido foi morto por soldados indonésios, num momento que foi para ela — sabe-o hoje — o mais dramático da sua vida. É o que comenta mais tarde, quando se sente à vontade para descrever como tudo se passou.

Os dois homens a quem se uniu, embora em circunstâncias diferentes, por laços matrimoniais também abençoados por Deus no altar de templos católicos, foi ela própria que escolheu.

Mas as mulheres da geração anterior à sua, sobretudo as que viviam nos concelhos mais rurais, não tinham essa liberdade. Julieta, então habitante do concelho de Baucau, teve de casar com um homem que nunca tinha visto antes, vindo de uma cidade distante da sua, na região de Dili. Hoje, aos 56 anos, ela lembra os tempos do seu noivado com um sorriso alegre, apenas marcado pelas manchas que o hábito de mastigar folhas de «betel» lhe deixou nos dentes bem implantados.

Exprime-se em «tetum», a língua nativa mais comum entre os timorenses, mas a filha, de 17 anos, dispõe-se a traduzir: «As raparigas estavam sempre em casa, não iam à escola e não aprendiam a ler ou escrever. Não podiam, além disso, contactar com rapazes. Os pais dele vieram então à minha casa para pedir a minha mão.» Os pais dela aceitaram... e houve casamento. Passados tantos anos e uma tão atribulada vivência em comum, diz que nunca se deu mal com este casamento imposto por terceiros. Tiveram sete filhos, uma das quais emigrou entretanto para a Austrália. Além desta, há a «tradutora» doméstica e cinco rapazes, os mesmos que se entretinham com a viola e as cassetes de música «reggae».

O marido de Julieta está desempregado, o que obviamente lhes limita uma desejável descontracção quotidiana. Sobretudo para uma família que, no seu território de origem, vivia uma situação financeira confortável — o sogro dela ocupava um importante lugar administrativo em Remexio, o que lhes permitia nem sequer terem de trabalhar para ganhar dinheiro.

Foi nesse tempo de tranquilidade que aprendeu a executar, com afinco e perfeição, as tarefas que toda a mulher timorense que se preze tem de conhecer. E ainda hoje faz uso dessas qualidades, que deixaram de constituir apenas uma ocupação de lazer para se tornarem uma utilidade. Assim, num tear de madeira improvisado pelo marido, tece as coloridas peças de pano de que é feito o vestuário típico, envergado pelas raparigas nas festas e nos espectáculos de folclore com que marcam as datas dignas de celebração comunitária.

As caixas de bambu, inventadas para guardar tabaco ou folhas de «betel», servem agora para arrumar alfinetes ou simplesmente para enfeitar. Foi também Julieta que as fez, sempre sem esquecer os motivos mais comuns nos desenhos populares de Timor: figuras coloridas e harmoniosas, algumas de carácter geométrico e outras de inspiração natural, como, por exemplo, perfis de aves e alçadas de crocodilos.

Ainda não se atreve a comunicar em português, apesar de perceber quase tudo o que lhe dizem. Mas já teve a coragem de começar a aprender a ler e escrever; sob a vigilância paciente dos filhos que, como todos os jovens da comunidade, frequentam as escolas públicas da sua área de residência.

NUNCA É TARDE PARA RECOMEÇAR

Também Dulce quis estudar neste ano lectivo. Para ela é um recomeço. Em Díli tinha estudado até ao 10.º ano (no seu tempo, já havia muitas jovens a estudar no liceu), antes de iniciar um curso de análises clínicas. Mas para o completar, em Lisboa, precisa primeiro de fazer os 11.º e 12.º anos. É nisso que está agora empenhada.

O objectivo mais imediato é poder contribuir para o escasso rendimento do agregado familiar — tem nove filhos, quatro do primeiro casamento e cinco do actual. O marido trabalha como mecânico. Ganha 30 contos por mês. A arte que Dulce mais se preocupa em dominar é a de fazer «esticar» o dinheiro e, apesar de tudo, dar aos seus jovens e crianças (a mais velha tem 17 anos e o mais novo apenas 2) as condições para que venham a tornar-se nos saudáveis colaboradores e cúmplices de que ela precisa.

Conta, com orgulho, que Mirabília («maravilha»), de 14 anos, tem sido a melhor aluna da sua turma. Frequenta agora o 7.º ano de escolaridade e está disposta a recuperar do atraso sofrido quando das sucessivas mudanças de residência, em 1980.

«Todo este esforço, sobretudo o meu — com esta idade, nove filhos e ainda ter de estudar — só vale a pena se a gente pensa em

voltar», diz Dulce, com um sorriso e uma certeza inabaláveis. «Um dia, quando tudo estiver resolvido na nossa terra, quando os indonésios saírem de lá, podemos voltar e ter uma vida como deve ser. Para isso é preciso que a gente estude e tenha uma profissão.»

Por isto, ainda, se preocupam em ensinar o «tetum» aos mais pequenitos, já nascidos em Portugal, e aos que não têm idade para se lembrar da sua terra-natal. E se alguma das filhas mais velhas, por acaso, arranjar um namorado português e ganhar raízes no país a que, afinal, se vão habituando?... Paciência. «Eu não vou impedi-las. Elas são livres de ir connosco ou de ficar. A gente há-de arranjar maneira de se voltar a ver.»

Depois dos desgostos a que já foi sujeita, Dulce encara estas questões com muito à-vontade, nem sequer têm a ver com obrigações, mas sim com algo que ela preza muito e que também lhe foi tirado: o direito à autodeterminação. Não será ela que o vai tirar às próprias filhas?

Saiu de Timor apenas em 1980, não porque tivesse querido expor-se ao perigo que ameaçava todos os que não se assumiam como indonésios, mas precisamente por causa da sua infinita capacidade de confiar e sentir que, um dia, tudo pode resolver-se a seu favor. Esperou, durante anos, notícias do primeiro marido, envolvido na guerra civil, como membro da UDT e depois ao lado da Fretilin, contra o inimigo invasor.

Durante esse tempo, teve de sustentar os quatro filhos: «Andei a vender pão e a fazer dessas coisas por conta dos indonésios, mas sem nunca deixar de falar português.» Não se sentia em perigo de vida, apesar da sua atitude revoltada e menos submissa do que os militares desejariam, porque o seu nome constava da lista da Cruz Vermelha Internacional.

«Assim, os indonésios tinham mais cuidado, porque sabiam que a Cruz Vermelha acompanhava tudo o que nos acontecia. Eles tinham medo dos 'grandes'.» Mas, conta, houve casos de violações e homicídios terríveis nas regiões montanhosas.

Soube, finalmente, por testemunhas oculares da ocorrência, que o marido fora barbaramente assassinado, «degolado e dependurado numa árvore». Sofreu muito, mas tinha quatro crianças a apelar para a sua coragem de mãe; precisava de os alimentar e de reconstruir a sua vida, quanto mais não fosse por causa delas.

Casou outra vez e foram os pais do segundo marido, já em Portugal, que lhes enviaram uma carta de chamada. Vieram através da CVI. Não trouxeram nada além de uma ferrenha vontade de viver e de algumas recordações daquilo a que gostariam de chamar o seu país: pequenos objectos decorativos, peças de tecidos das diversas regiões, destinadas a fazer trajes típicos para toda a família, um álbum de fotografias e o pequeno diário de Dulce, onde ela registou a sua vivência dos momentos difíceis.

FERTILIDADE: MAIS ALEGRIA DO QUE CANSAÇO

Todas as mulheres timorenses saudáveis têm muitos filhos. Não utilizam qualquer método contraceptivo e, segundo afirmam, gostam muito de crianças. A ausência de planeamento familiar parece, no entanto, dever-se mais à sua consciência de católicas e ao desconhecimento: nem sequer sabem como pôr em prática o único método sancionado pela Igreja, o de Ogino-Knaus, que se baseia na escolha dos dias não férteis para manter relações sexuais. Com tantos filhos, elas não podem trabalhar. «Se eu arranjasse um emprego, tinha de dar o dinheiro ao infantário... não vale a pena!» A afirmação de Maria Elda é válida para a maioria das mães de família da comunidade. Ela própria só trabalhou, em Timor, quando teve a sua primeira filha, ainda solteira. «A minha mãe ficou zangada comigo e obrigou-me a ir ganhar dinheiro.»

Entretanto casou e teve mais filhos. Hoje são oito, dois dos quais gémeos, com apenas três anos de idade. Desde o casamento, nunca mais trabalhou fora de casa. «Lá também não precisávamos; não havia dificuldades, as pessoas tinham a sua horta, só era preciso dinheiro para comprar roupa.»

A mãe de Maria Elda era enfermeira-parteira. Desempenhava uma das tarefas de maior importância para a própria sobrevivência das mulheres. Nos tempos da geração que tem hoje pouco mais de 50 anos, os partos eram realizados em casa, com a ajuda e a sabedoria de profissionais como ela. E muitas outras tinham os filhos sozinhas, cortando elas mesmas o cordão umbilical e tratando de si nos momentos seguintes.

Muitas morriam, claro. «Mas isso era antes de 1970. Depois as coisas mudaram muito, só continuam assim nas zonas das montanhas e do interior.»

É também nestas regiões que ainda se pratica o «barlaque», que consiste no pagamento de um dote (geralmente em cabeças de gado e outras «moedas de troca» correntes) entregue pelo noivo aos pais da noiva. Em princípio, tal exigência visava assegurar o carácter indissolúvel do casamento. «Mas agora, na capital, isso não existe.»

O que elas mais recordam com saudades e um certo sentimento de perda que teimam em contrariar, com a convicção de que não é uma perda para sempre, é a tranquilidade que preenchia o seu dia-a-dia, em casa, na horta e na convivência com os filhos, cuja educação não delegam totalmente nos professores. Era um quotidiano sem tédio, mas marcado por uma segurança que deixaram de ter. Desses tempos, guardaram o bom costume das festas, «que começavam ao serão e iam até de manhã, incluindo os velhos e as crianças». Mas sentem a falta de generosidade do clima do Sul, na fronteira entre os oceanos Índico e Pacífico. «Há doze anos que estou aqui e nunca tomei banho no mar», diz Maria Elda, «a água é gelada». Têm saudades dos frutos com que se refrescavam e que aqui são de luxo, ou seja, proibitivos para o orçamento de quem ganha o salário mínimo nacional ou que nem sequer tem emprego. Lembram-se com frequência e uma boa dose de nostalgia dos piqueniques que realizavam nas praias azuis e verdes da sua ilha paradisíaca: comiam «saboco», peixe embrulhado em palha, à qual se ateava fogo; depois desta arder, limpava-se o peixe, já assado e, segundo contam, delicioso. Acompanhavam-no com «tuamutin» (vinho branco de palmeira).

Depois cantavam e dançavam, envergando os trajes coloridos que não escondem as marcas mais sensuais dos seus corpos de malaios. Eram danças de regozijo e de festa, como, por exemplo, a alegre dança da apanha de camarão «suruboek».

Agora não têm muitos motivos para se regozijarem. Mas contam com algo ainda mais importante e duradoiro: a confiança nas escassas hipóteses de que tudo volte a ser como dantes, que Timor-Leste volte a ser a sua terra e que Portugal não seja um lugar de refúgio, mas sim um país amigo, que fala a mesma língua e que os ajudou a crescer.

Quando o sentido de justiça existente no fundo do coração dos homens emergir...

FERNANDA PRATAS
REVISTA «ELLE», DEZEMBRO DE 1989

ELAINE BRIÈRE

Mulher Timor

Descrever o papel que as mulheres desempenham separadamente dos homens seria dividir a resistência popular em duas frente distintas, por si mesmas inconcebíveis. Devo afirmar ainda que, nos períodos mais difíceis da luta (de 79 a 81 e de 83 a 85), em que as represálias do ocupante recaíam principalmente sobre os homens, a mulher Timor foi o verdadeiro baluarte da resistência.

Permita-me que, em honra da MULHER TIMOR, conte dois episódios, simples, de entre tantos que eu próprio presenciei.

Em 1980, passámos da ponta Leste para os centros. Éramos todos desconhecedores do terreno. Em Loilubo, conseguimos contactar com a população, depois da nossa passagem por Venilale. Reunimo-nos toda a noite e, no fim, pedimos aos responsáveis que nos fornecessem guias que nos levassem a Ostiko, Bukoli, Kairabela e Vemasse. Muito cedinho, enquanto a população começava a dispersar, duas raparigas, irmãs, de entre 16 e 18 anos, apresentaram-se munidas de catanas. Ficámos perplexos e após uma breve troca de palavras, soubemos que seriam as nossas guias. Desbravando caminho, escolhendo terreno para estacionarmos, entrando e saindo dos diferentes campos de concentração, promovendo conjuntamente com os responsáveis de cada campo os contactos com as populações, durante cerca de 20 dias tivemos a agradável, solidária e corajosa companhia de duas companheiras de luta, cuja acção foi vital para o início do processo de reorganização nas partes centrais do país.

Meses mais tarde, entrámos por Ostiko para contactar com os responsáveis de Berekoli, Fatumaka, Gari Uai, campos de concentração situados ao longo da estrada Baucau/Venilale. Foi uma noite toda a andar e a reunir com a população, para a formulação de novas bases de luta. No regresso, ultrapassámos o campo de Ostiko ao clarear do dia. Pouco depois, duas outras raparigas, de Ostiko, apareceram e conduziram-nos a um local próximo. Deram as referências sobre o terreno e o comandante foi colocar os postos de segurança. Estávamos todos literalmente cansados e cheios de sono. Decorrida mais ou menos uma hora, as duas vieram ter comigo: «Irmão, nós sabemos que os irmãos não dormiram toda a noite. Os elementos da segurança não estão capazes de cumprir bem o seu dever. Sugerimos que eles também descansem pelo menos umas duas horas. Nós as duas faremos a segurança. Se vier o inimigo, estamos prontas para morrer para que vos salveis. Sois mais necessários para a Luta que nós.»

Não se notava a mais pequena hesitação tanto nas suas palavras como nos seus semblantes. O comandante ainda tentou dissuadi-las mas os seus olhos semicerrados traíram-no. Perante a resoluta e corajosa atitude das duas, pensei que não deveria decepcioná-las e anuí.

Cerca das duas horas da tarde, fomos acordados com suavidade: «Irmãos, irmãos...» Levantámo-nos e a primeira reacção de todos foi agarrar na arma, na expectativa de nos indicarem de que direcção vinha o inimigo. Ficámos felizmente envergonhados perante o doce sorriso das duas: «Não há nada. Patrulhámos constantemente os arredores e não há presença nem de hansips. Mas... é hora de comerem para arrancarem, porque depois torna-se tarde e é conveniente que ultrapassem aquela ribeira além. Para cá da ribeira não devem fazer sinais.» (...)

E, se me permite ainda, apoenas mais um, já que nunca me foi proporcionado falar sobre a MULHER TIMOR nesta Luta.

Saímos de Matebian em 28/Nov/78. Em 7 de Dezembro entrava na planície frente a Mehara. Seria o começo da minha iniciação de guerrilha. Instalei-me em casa do «kepala kampung» local e, durante meses, percorri todos os outros campos, reunindo-me com as populações e, essencialmente, ouvindo e aprendendo.

Numa ocasião, o dono da casa deslocou-se a Lospalos e lá permaneceu por quase uma semana. Em casa, apenas a esposa do «kepala», seus 4 filhos e eu. Havia um posto inimigo, mesmo dentro do campo, com um efectivo de um pelotão. Numa manhã, a companheira encontrava-se nas traseiras e eu no meu quarto, como de costume. O rapaz, de 7 anos, mais a irmã, de uns 5, estavam de sentinela, brincando à frente da casa. Ouvi uma correria e vozes atrapalhadas das crianças, dirigindo-se à mãe. Eu não compreendia ainda nada de fataluko (dialecto local). As 2 crianças irromperam dentro da casa e o rapaz corria a fechar as portas e as janelas dos outros quartos, enquanto a sua irmã fechava apressadamente as do meu quarto e me dizia com ar assustado: «Java, java.»

Compreendi a seguir, ao ouvir a altercação que começava entre um soldado javanês e a esposa do «kepala». Não percebia nada mas apercebia-me de um perigo iminente. Aqueles minutos foram uma eternidade e não escondendo a minha apreensão sobre o futuro daquela casa, eu estava preparado para o que desse e viesse. Percebi que o javanês foi baixando a voz, enquanto a companheira levantava a sua e parecia gritar com ele. Só percebia «kepala», «Lospalos». Notei que a mulher já gritava no lado oposto ao meu quarto. Minutos depois, vi entrar a mulher, com o bebé ao colo e os três mais crescidos agarrados a ela, emocionados, como que protegendo-a, ao mesmo tempo buscando protecção. Passei para a sala. Ela não disse uma palavra. Atirou-se com todo o peso sobre um banco e encostou-se à parede. Olhou para mim e sorriu enquanto limpava o suor. Deixou cair um profundo suspiro e afagou os filhos e com uma calma impressionante falou aos filhos: «Abram de novo as janelas e vão brincar lá fora...»

ENTREVISTA DO COMANDANTE XANANA GUSMAO «DIÁRIO DE NOTÍCIAS», 25-10-90

APELO À JUSTIÇA

Camarada Bibere

Camarada BIBERE
são para ti
estes versos
cheirando a rosas brancas
bravíssimas
e ainda a acácias
a acácias rubras
da cor da nossa bandeira.

Quero que os guardes
religiosamente
bem dentro de ti
no mais profundo
da tua carne
para depois os regares
com lágrimas de sangue
ou de saudade
nas campas dos camaradas
já mortos
que souberam ganhar
a grande batalha
da nossa independência.

Muito te devem camarada BIBERE
por tudo quanto sofreste
a honra do Povo MAUBERE
e a pátria de Timor-Leste.

Outubro/1975
(Mali Manek)

Ela Vencerá

Ela que sempre consideraram
Objecto de luxo e também de lixo,
Após servida, logo esquecida
No vazio do quotidiano.

Ela que sempre relegaram
Ao plano secundário,
Rezava o rosário
Para espigar os pecados
Dos seus antepassados,
Por causa da ciência.

Ela que sempre exploraram
Na hipócrita adulação
Ou brutal violação
E diariamente traída,
Senão vendida por amor à vida.

Ela que tragicamente dilacerada
Para tal sociedade,
Encontrará a justiça
No derrube da falsidade
E implantação da igualdade.

ELA... ELA VENCERÁ!

(Borja da Costa)
Poeta assassinado durante a invasão

Um apelo à solidariedade para com a luta em Timor-Leste

Emília Pires residente na Austrália

Somos um povo pequeno com escassos recursos para opor ao poderio do governo indonésio que conta com mais de 100 embaixadas no mundo, apoiadas por um forte aparelho de relações públicas a que chamam Departamento de Informação. Também pouco conseguimos nos «media» — primeiro porque a Indonésia isolou Timor-Leste dos observadores independentes e segundo porque os países ocidentais, incluindo a Austrália, dão mais importância às boas relações no domínio do comércio externo e da defesa com o governo de Suharto do que a defesa dos direitos humanos e a questões de justiça.

Recentemente o jornal alemão «Der Spiegel», num artigo sobre Timor-Leste, considera-o «um cativeiro», uma prisão. É negado ao povo de Timor a liberdade de se pronunciar. Se fossem um povo livre, decerto estariam aqui presentes como muitas de vós, mas a realidade é bem diferente, porque nem mesmo um pequeno exército de Gillon Fishers os conseguiria trazer aqui. Dependem, assim, de refugiadas como eu, de organizações como a Liga Internacional das Mulheres para a Paz e Liberdade, para que a voz do povo seja ouvida no mundo inteiro.

Começo por referir estes pontos para frisar a importância que fora como este tem se quisermos quebrar o silêncio oficial dos governos e levar a nossa mensagem além-fronteiras. Eles são absolutamente essenciais à nossa luta, como para nós é vital qualquer emboscada da guerrilha nas montanhas de Timor-Leste.

Nos últimos 500 anos, com um breve interregno nos anos 70, a história de Timor-Leste tem sido dominada pela colonização estrangeira. Os portugueses chegaram a Timor cerca de 1520, em busca de sândalo, e foram seguidos pelos holandeses. No virar do século 20 a Ilha de Timor foi partilhada entre essas duas potências, administrando os portugueses a parte oriental e os holandeses a ocidental. Como parte das Índias Orientais holandesas, Timor Ocidental foi automaticamente integrada na República da Indonésia em 1949. A parte oriental continuou a ser administrada por Portugal até 1974, altura em que o novo governo de Lisboa decidiu descolonizar os seus territórios ultramarinos, incluindo Timor-Leste. Para nós foram tempos de grande importância cheios de esperança e de incerteza. Pela primeira vez, desde há séculos, estava aberto o caminho para a autodeterminação política do povo de Timor-Leste.

É importante referir que nos 29 anos que se seguiram a 1945, nem o presidente Sukarno nem o governo de Suharto reivindicaram Timor-Leste, embora reclamassem energicamente a Nova Guiné Ocidental, hoje Irian Jaya.

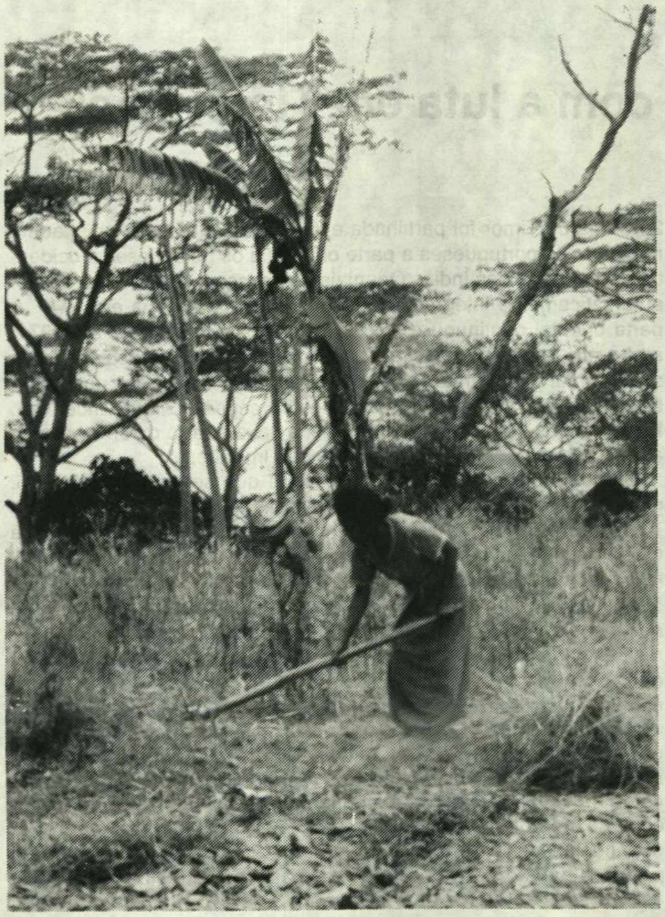
De facto, antes de 1974, o ministro indonésio dos Negócios Estrangeiros, Adam Malik, declarou várias vezes que o governo indonésio apoiaria qualquer movimento de libertação no território de Timor português, se essa fosse a vontade do povo de Timor. Após decisão portuguesa de descolonizar em 1974, Malik reiterou esta posição indonésia, afirmando sem ambiguidades, por escrito, o respeito do governo indonésio pelo direito do povo de Timor-Leste à independência, negando toda e qualquer intenção indonésia de ocupar aquele território e declarando o seu respeito e apoio a «qualquer governo de Timor-Leste após a independência». Os dois maiores partidos que emergiram em 1974-75, a UDT e a Fretilin, defendiam a independência, opondo-se à integração na Indonésia advogada pelo pequeno partido Apodeti. Por outras palavras, antes de 1975, a escolha do povo de Timor era claramente a independência. Portanto, o movimento de resistência à integração indonésia não é nada de novo nem apenas uma reacção emocional à invasão indonésia e ao sofrimento que a acompanhou. A resistência timorense tem raízes mais profundas, não pode, por isso, ser vencida pela benevolência do governo indonésio, pela concessão abundante de benefícios materiais sob a forma de estradas e edifícios públicos.

Em meados de 1975, todavia, as divisões internas e a pressão da Indonésia levaram à dissolução da coligação UDT-Fretilin e a um período curto mas intenso de guerra civil. O resultado foi a morte de cerca de 3000 timorenses e a retirada abrupta da Administração portuguesa. Este levantamento e a vitória do partido mais radical Fretilin sobre a UDT foram utilizados pela Indonésia como pretexto para a invasão militar em fins de 1975. A Indonésia tem procurado justificar a invasão de vários modos.

Em primeiro lugar, ignorando as suas declarações iniciais de respeito pela integridade territorial de Timor-Leste, argumenta que este constitui uma aberração colonial e que deve, por isso, naturalmente ser parte integrante da Indonésia; isto é um contra-senso. Muitos países foram «criações coloniais». Esta forma de argumentar permitiria igualmente à Indonésia anexar a Papua Nova Guiné ou o Estado da Malásia Oriental, pois, tal como Timor-Leste, ambos têm fronteiras comuns com aquele país e algumas afinidades culturais, históricas e raciais com algumas etnias indonésias.

Em segundo lugar, a Indonésia invoca que um Timor-Leste independente não seria política nem economicamente viável, só podendo sobreviver como parte duma entidade maior. A verdade é que Timor-Leste poderia perfeitamente sobreviver com base numa política regional de cooperação e apoio económico externo de que, aliás, a própria Indonésia necessita. De resto, cerca de 30 Estados-membros das Nações Unidas têm uma população inferior a um milhão, tal como Timor-Leste.

Finalmente, Jacarta insiste que agiu por razões humanitárias, pois tinha a responsabilidade moral de intervir e pacificar as partes beligerantes para abrir caminho a uma verdadeira autodeterminação. Importa todavia salientar que a invasão sobreveio alguns meses após o fim da guerra civil, num período em que Timor-Leste estava em paz e a ser eficazmente administrado pela Fretilin. Foram os generais da linha dura que forçaram a invasão, não por preocupação pelo povo de Timor, mas julgo motivados pela sua paranóia acerca da Fretilin, que consideravam um partido extremista, o qual, no entanto, defendia uma política moderada, semelhante à de outros povos libertados do colonialismo.



Invocam ainda que o povo de Timor-Leste exerceu o seu direito à autodeterminação em meados de 1976, quando uma assembleia de timorenses escolhidos solicitou a Jacarta a integração de Timor-Leste como 27.ª província da Indonésia. Este processo tem sido universalmente recusado como uma farsa política. As Nações Unidas recusaram-se a aceitar a validade deste processo, tendo sido idêntica a posição do Governo Thatcher, da Administração Reagan e do Governo australiano — nenhum dos quais pode ser considerado inimigo da Indonésia. «O acto de livre escolha» em Timor-Leste foi na realidade em tudo semelhante ao «Acto de livre escolha» realizado em Irian (Jaya). O facto é que a invasão indonésia violou o direito internacional e os princípios da Carta das Nações Unidas. Por isso, tem sido condenada pelas Nações Unidas. A chamada libertação não foi mais que um acto de clara agressão, a qual resultou numa chacina e sofrimento generalizados e imperdoáveis. Desde 1975 morreram entre 100 000 e 200 000 pessoas, ou seja, entre 1/3 e 1/6 da população, como consequência das actividades militares indonésias e factores associados, como a fome. Em 1983, o Centro para Defesa da Informação, sediado em Washington, incluiu Timor-Leste entre os 40 mais longos e violentos conflitos nessa altura existentes no mundo. De acordo com o Centro, apenas no Camboja e talvez no Afeganistão teriam morrido mais pessoas.

A Indonésia tem utilizado várias estratégias nas suas tentativas para subjugar Timor-Leste e para conseguir que esta questão seja retirada da agenda da comunidade internacional. Gostaria agora de fazer uma relação das principais medidas e referir cada uma delas em particular.

1. **Guerra** — A Indonésia continua a fazer a guerra em Timor-Leste como parte da sua campanha para eliminar a resistência da guerrilha. Em 1976, o general Beni Murdani previu confidencialmente que Timor-Leste seria subjugado em apenas três semanas. Dois anos mais tarde, em 1978, o general Dading disse que tudo estaria terminado até ao fim daquele ano. No entanto, em 1981 a Indonésia considerou necessário lançar nova ofensiva, repetida em 1983. A Indonésia tem repetidamente afirmado que a Fretilin apenas dispõe de uma centena ou menos de guerrilheiros, tratando-se de uma força gasta sem apoio popular. No entanto, mantém em Timor-Leste uma força militar de 10 000 homens, apoiada por helicópteros, tanques e aviões a jacto «OV 10», especializados no combate à guerrilha. Fontes da Igreja afirmaram recentemente que a actividade da guerrilha da Fretilin se tinha intensificado este ano (1985). Recentemente, a Fretilin recomeçou as emissões pela rádio para o mundo exterior. Tal facto, só por si, requer um contingente numeroso mas, no seu conjunto, existem provas claras de que a Fretilin está suficientemente organizada, apoiada e equipada para constituir um sério desafio à Indonésia, ainda que, tal como ela própria admite, não esteja em condições de ganhar a guerra.

2. **Repressão** — A Indonésia tem procurado intimidar continuamente a resistência pelo recurso à violência física. Tal como o chefe da Igreja Católica, Monsenhor Belo afirmou em Julho passado, «em muitos lugares, existem violações dos direitos humanos, assassinatos e casos de detenção e prisão sem julgamento, de qualquer pessoa suspeita de ter ligações com a Fretilin. Os familiares dos presos vivem em muito más condições.» A Amnistia Internacional (AI) acredita que o modelo de violação dos direitos humanos estabelecido há muitos anos se mantém substancialmente o mesmo em 1985. De acordo com a Amnistia, tais abusos incluem a utilização de tortura, «desaparecimentos» e execuções sumárias. Esta situação é de tal modo preocupante que a AI lançou, esta semana, uma campanha internacional sobre a violação dos direitos humanos em Timor-Leste.

Cerca de 2000 prisioneiros são conservados em barracões com telhado de zinco na Ilha de Ataúro, ao largo da costa de Timor. Outros são mantidos em prisões em Timor-Leste enquanto outros têm sido transferidos para prisões em Java.

Uma dessas prisioneiras é Domingas da Costa, 27 anos, estando a cumprir uma sentença de seis anos na prisão de Tangerang, em Java, só por ter apoiado a Fretilin. Ela tinha 16 anos na altura da invasão indonésia. Acompanhou a Fretilin nas montanhas, voltou à capital, Dili, em 1980, e com a ajuda de um amigo, administrador timorense, conseguiu um trabalho como professora primária. Foi detida em 1980, julgada em 1984 e transferida para a prisão de Tangerang com a sua filha pequena, Maria Luísa Peres, que, graças à Cruz Vermelha, está agora com os seus avós em Dili.

As mulheres têm sofrido muito com a ocupação. A violência contra elas tem incluído a violação, que é um lugar comum, a viuvez, a separação prolongada dos maridos e das famílias, a orfandade de milhares de crianças, a fome aguda, incluindo a morte pela fome, e a indescritível angústia de ver os seus filhos morrerem de subnutrição, tortura, execução e prisão. Um facto recente é a intensificação do programa de controlo de natalidade delineado pelo governo central com o objectivo incrível de controlar aquilo que Jacarta considera como excesso de população em Timor, onde cerca de 30% da população morreu em consequência da guerra e factores associados desde 1975.

3. **Realojamento** — Desde 1979, a Indonésia realojou o grosso da população do interior em cerca de 400 aldeias estratégicas, geralmente referidas pelos timorenses como campos de concentração. Esta medida visa controlar o movimento e isolar a resistência do povo. Os americanos utilizaram uma estratégia semelhante no Vietname.

Tradicionalmente, os timorenses vivem em unidades familiares alargadas e unidos por um vínculo espiritual que os liga profundamente à terra. A sua concentração em centros situados longe da sua terra e desligados do seu estilo tradicional tem um impacto psicológico, cultural e económico devastador.

4. **Desenvolvimento** — Sobretudo desde 1980, a Indonésia tem gasto avultadas somas de dinheiro em obras públicas numa tentativa de consolidar a integração e conquistar a aprovação internacional, assim como as mentes e os corações dos timorenses. Visitantes estrangeiros escolhidos têm sido autorizados a efectuar curtas visitas para observarem as modificações materiais em curso e muitos têm regressado elogiando a Indonésia. Mas tem sido escassa a referência à reacção dos timorenses que, de facto, se sentem alienados. Como afirmou Monsenhor Belo o ano passado, «o programa de desenvolvimento não tem satisfeito os timorenses. Não os tornou mais felizes. Eles sentem que tal programa não é para eles, mas para a indonésia».

5. **Indonesianização,** traduzida no estabelecimento de transmigrantes homens de negócio e funcionários públicos indonésios no ensino da língua e cultura indonésia nas escolas, na aculturação dos jovens em Universidades indonésias, em Java, etc. Esta situação tem preocupado bastante a Igreja. Uma declaração enérgica da Igreja emitida em Janeiro deste ano (1985) afirma: «A tentativa para indonesianizar o povo através de poderosas campanhas de 'pancasila'.

Os cinco princípios nos quais se baseia a ideologia do Estado indonésio nas escolas e nos media, afastando do povo a sua própria visão do mundo, representa um lento assassínio da cultura timorense. A morte de uma cultura é a morte do próprio povo.»

6. **Propaganda** — Jacarta tem promovido campanhas persistentes para convencer o mundo que o povo de Timor-Leste é próspero e feliz e que a resistência é mínima. As suas embaixadas têm distribuído folhetos sugestivos com fotografias a cores de novos edifícios e timorenses em traje tradicional. Periodicamente, delegações cuidadosamente seleccionadas de parlamentares de países amigos da Indonésia e de jornalistas são autorizadas a visitar Timor-Leste. Tais visitas duram invariavelmente três dias, sendo acompanhadas de uma encenação cerimonial e de fortes medidas de segurança. Mas o acesso, tal como é permitido, por exemplo, nas Filipinas, El Salvador e África do Sul, é negado. Continuam bloqueados os pedidos de autorização de visita formulados por observadores independentes, tais como a Amnistia Internacional, o Instituto Católico para as Relações Internacionais de Londres ou o Conselho Internacional das Agências de Auxílio Voluntário. Pode, assim, concluir-se que a Indonésia tem muito para esconder e deseja evitar uma verificação rigorosa e, em particular, o acesso sem restrições ao povo. O acesso por parte do Comité Internacional da Cruz Vermelha continua a ser objecto de severas restrições. O presidente desse Comité, Alexander Hay, afirmou em Genéve, em Janeiro deste ano (1985), que Timor-Leste é um dos poucos países onde o ICRC (Comité Internacional da Cruz Vermelha) é impedido de prestar uma assistência satisfatória às vítimas do conflito militar.

No seu conjunto, todavia, estas medidas não conseguiram esmagar o espírito de resistência do povo de Timor-Leste nem diminur o interesse da Comunidade Internacional. De facto, o empenho de entidades não governamentais têm aumentado nos últimos tempos. O Vaticano, os bispos indonésios e portugueses e um número crescente de outras organizações da Igreja tem exprimido o seu protesto contra esta situação. Recentemente, 133 membros do Congresso dos Estados Unidos, o maior número até então a subscrever uma carta deste tipo, solicitou ao presidente Reagan que incluísse Timor-Leste na sua agenda tendo em vista a procura de uma «paz autêntica».

Por outro lado, 400 parlamentares de 13 países apelaram para uma solução negociada do conflito baseada no direito do povo de Timor à autodeterminação.

A resistência do povo de Timor à integração na Indonésia não deve ser avaliada em termos puramente militares. A sua recusa está igualmente reflectida nas atitudes e nos rostos. Um parlamentar da Alemanha Ocidental que visitou Timor-Leste no princípio deste ano (1985) como convidado do Governo Indonésio foi forçado a concluir que *«a impressão geral é de que toda a Ilha é um lugar de cativeiro. As pessoas nunca sorriem. Aqui em Timor-Leste as pessoas parecem severas, amarguradas, hostis e insensíveis»*. Observações deste tipo têm sido frequentes ao longo destes anos e julgo ter explicado adequadamente a sua razão de ser.

O seguinte poema sobre o Chile aplica-se a Timor:

Existe resistência no Chile?
não a procurem nas montras das lojas
não esperem vê-la
marchando pelas ruas estreitas.
Para encontrar a resistência
escutai o coração das pessoas
tocai os punhos fechados
procurai ler as suas consciências.

Mas talvez a forma mais significativa da expressão não militar da resistência provenha da Igreja em Timor-Leste.

A Igreja Católica, à qual 80% do povo optou por dizer que pertencia nas respostas ao senso promovido pela Indonésia em 1980, está «marchando ao lado do povo», para usar as palavras de um leigo ti-

morense. A sua rede de missões mantém-na bem informada sobre os acontecimentos e atitudes. O que ela diz deverá ser, por isso, escutado com atenção, porque reflecte fielmente o pensamento da maioria do povo de Timor-Leste.

O principal pastor e porta-voz da Igreja, Monsenhor Belo é muito claro. O que nós queremos, diz ele, é o seguinte:

1 — O fim das hostilidades;

2 — A retirada das tropas indonésias;

3 — O respeito pela cultura, religião e identidade do povo de Timor-Leste;

4 — Uma solução diplomática, não violenta, baseada no direito do povo à autodeterminação;

5 — Negociações entre o povo de Timor, incluindo a Fretilin e a Indonésia.

Este último ponto constitui o cerne da questão.

Em 1982, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Perez de Cuellar, foi instruído pela Assembleia Geral das Nações Unidas para iniciar consultas com todas as partes interessadas com vista à procura de uma solução aceitável. Ele tem promovido conversações entre Portugal e a Indonésia. Mas o povo de Timor, a principal parte no conflito, que mais terá a ganhar ou a perder com as negociações não está representado e, além disso, o Secretário-Geral não assumiu qualquer compromisso em envolvê-lo, apesar das Nações Unidas lhe reconhecerem o direito à autodeterminação. Mais uma vez somos obrigados a ficar de fora enquanto os outros falam de nós e acerca de nós; mais uma vez somos tratados como meros objectos da história enquanto os outros decidem paternalisticamente por nós. Esta forma de procedimento não poderá conduzir ao sucesso, uma vez que contraria o senso comum e os direitos fundamentais do homem. Os timorenses não aceitarão uma solução negociada nas suas costas pelas potências coloniais. Uma solução de conveniência que possa salvar as aparências poderá servir o objectivo político de retirar esta questão da agenda internacional. Mas dela não resultará para Timor-Leste uma paz mais duradoira que aquela que resultou de um arranjo semelhante há quase vinte anos para Irian Jaya.

Em conclusão, não posso deixar de salientar com tristeza que a maioria dos vossos governos votaram contra nós nas Nações Unidas ou abstiveram-se, escolhendo ignorar a nossa experiência e envolvendo-se numa diplomacia sem princípios.

Estou convencida que, com o vosso apoio, poderemos influenciar os governos da região para que reconsiderem a sua posição. Eles não foram forçados a encarar esta questão pelo seu próprio povo. O nosso caso não tem sido devidamente encarado.

Os nossos povos têm muito em comum, pois partilhámos um passado colonial, afinidades raciais, um lugar-comum na região banhada pelo sol tropical.

A diferença é que o povo de Timor-Leste é um dos poucos na região a quem foi recusada a descolonização e a autodeterminação política. Constituímos, assim, uma excepção à regra geral.

Apelo, por isso, para a vossa solidariedade. Apelo para que apoiem a nossa luta e advoguem a nossa causa nos vossos países.

Este encontro pode constituir o ponto de partida para uma nova campanha à escala regional conduzida e apoiada por mulheres.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA
NA CONFERÊNCIA DE MULHERES DO PACÍFICO
EM SYDNEY, JUNHO DE 1985.

A visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste

ANA MARGARIDA SALES LUÍS, 19 anos, estudante, encontava-se em Dili por ocasião da visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste em Outubro de 1989.

A visita Papal a Timor-Leste, para os timorenses, começou muito tempo antes dela se realizar. Transformada numa questão política pela parte da Indonésia, para que esta fosse vista aos olhos do mundo como um reconhecimento da integração por parte do Vaticano. Como é lógico, o Povo teria que reagir a tal situação. Em Maio já se comentava e se especulava sobre o que aconteceria e que língua Sua Santidade escolheria para a Missa. As perseguições recomeçaram e as saídas através da Cruz Vermelha que já estavam programadas foram canceladas. Alguns jovens foram presos, bateram-lhes e só eram alimentados e mal, uma vez por semana. Depois foram libertados, mas para voltarem a ser definitivamente presos em Outubro.

À medida que o tempo ia passando as perseguições intensificaram-se. Há denúncias e muitos jovens são levados para inquéritos na INTEL (Polícia Secreta), inquéritos sempre feitos com violência. Nesta altura alguns jovens tentam fugir às perseguições de que são alvo e, devido a insinuações ou mesmo denúncias declaradas feitas pelo Francisco Osório, mais conhecido por Iquito Osório, Tito Batista e Maria Osório.

Em Agosto, a Natália Carrascalão, irmã do actual Governador, foi passar férias a Timor e denunciou-me definitivamente ao Iquito Osório, dizendo-lhe que eu tinha ido para Timor trabalhar e ter contactos com a resistência que está lutando no interior de Timor-Leste.

Muitos jovens foram levados para inquérito, foram torturados para que dissessem o que eles queriam, mesmo sabendo que muitos eram inocentes; mas com as declarações do Iquito Osório nem a inocência evitava os maus tratos e violências.

Setembro foi a repetição dos acontecimentos de Agosto.

Outubro chegou. A Indonésia mandou para Timor-Leste muitos indonésios, tropas e não só, para que, vestidos à civil, mas muito bem armados, pudessem passar por timorenses aos olhos dos estrangeiros e da Imprensa quando das cerimónias da visita Papal. E no dia 12 de Outubro teve finalmente lugar a chegada de Sua Santidade. Todos estão esperando que a Missa seja celebrada em latim. Mas quando ouviram o Papa falar em TETUM ficaram muito satisfeitos.

O local das cerimónias em Tasi Tolu estava enfeitado com bandeiras da Indonésia. Bandeiras do Vaticano eram pouquíssimas. Para 10 bandeiras indonésias havia apenas uma do Vaticano. Durante as cerimónias não houve incidentes para mencionar, além de VIVAS que o Povo gritava mas sem ser a nada definido. Quando terminou a Missa, um grupo de 20 jovens da Escola de Fatu-Maca abriu cartazes de pano escritos em Inglês e Português onde se lia: *«VIVA A FRETILIN»*, *«VIVA A TERRA DE SANTA CRUZ»*, *«VIVA A INDEPENDÊNCIA»*, *«FORA OS TRAIDORES»*, *«QUEREMOS PAZ E LIBERDADE PARA TIMOR-LESTE»* e alguns mais que não se conseguiram ler porque entretanto os indonésios, juntamente com Iquito Osório, atacaram e tiraram os cartazes das mãos dos estudantes. Começou então uma cena de pancadaria, atirando pedras e cadeiras aos jovens. Estes reagiram, atacando e agredindo Iquito Osório. No final destes acontecimentos e depois da Missa e da retirada do Povo para suas casas, os 20 jovens foram apanhados e presos. 19 seguiram para parte incerta e nunca mais se soube o paradeiro deles. O jovem que deu o 1.° murro ao Iquito Osório foi levado para casa deste, a seu pedido, para que ele mesmo pudesse saciar a sua vingança.

Teve-o em sua casa durante 5 dias sem lhe dar água nem comida e batendo-lhe continuamente à frente da mulher e dos dois filhos pequenos. Mas a mulher não resistindo, aproveitando uma saída de casa de seu marido, deu, na ausência deste, água e alguma comida ao preso. Isto passou-se no 5.° dia. Quando o Iquito Osório regressou, descobrindo o que sua mulher tinha feito, bateu-lhe tanto e deu-lhe tantos pontapés, e ela, que estava grávida de 6 meses, perdeu o bebé. Depois fugiu para a casa dos pais, levando consigo os dois filhos. Nesse mesmo dia, não resistindo às agressões selvagens feitas pelo Iquito Osório, o jovem acabou por morrer. E às escondidas mandou dois «Hansip» (tropas de 2.ª linha) enterrá-lo no cemitério militar indonésio. Aconteceu que, chegando ao conhecimento do Abílio Osório, irmão mais velho do Iquito, que este tinha o jovem em sua casa a ser maltratado com requintes de selvajaria, avisou-o de que não podia fazer assim. Não podia ter o rapaz em casa a tratar-lhe assim. Mas o Iquito replicou-lhe que queria lavar as mãos com o sangue dos jovens.

Também os alunos do Externato de S. José que durante as cerimónias do Papa, no dia 12, estavam vestidos de escuteiros, foram logo perseguidos. Alguns deles foram presos. Outros mais afortunados conseguiram refugiar-se na residência do Sr. Bispo ou na Cruz Vermelha. Mesmo a residência do Sr. Bispo não foi respeitada. Alguns elementos da Polícia Secreta Militar (KOPSKAM) foram mesmo buscar alguns jovens refugiados na residência do Sr. Bispo. Alegaram que era apenas um pequeno interrogatório e que seriam levados para ali novamente.

Afinal, era para serem espancados e barbaramente maltratados, tendo mesmo o Sr. Bispo que ir buscá-los. Mas não deixaram sair todos, dizendo que não tinham terminado ainda o interrogatório. Mas eram espancamentos que ainda não tinham terminado. Estes que ficaram presos ainda hoje continuam detidos. Onde? Dos três locais possíveis: KOPSKAM, POLWIL ou POLRES. Mas também é possível que seja para confundir com os jogos de empurra-empurra dos quais são especialistas.

Novembro — continuaram os espancamentos e interrogatórios. No dia 4 de Novembro, constando que iam atacar a residência do Sr. Bispo, muitos jovens, sendo alguns estudantes, juntaram-se em frente da residência episcopal, no Jardim da Estátua de Nossa Senhora, em Lecidere. Passando por ali propositadamente um carro da polícia secreta com 2 indonésios meteram-se com os estudantes e jovens. Estes reagiram, atirando pedras e batendo-lhes. Logo de seguida, apareceram polícias militares armados e houve violência da parte destes para com os jovens, ficando alguns bastante feridos. Os jovens que eles conseguiram apanhar foram levados para a KOPSKAM, tendo sido espancados e obrigados com violência a assinar a sua «sentença de morte» com frases tais como:

«Se for encontrado em locais onde houver manifestações podem matar-me neste mesmo local.»

Destes jovens alguns foram mandados para casa, indo logo a seguir buscá-los de novo para mais se saber o que lhes aconteceu. Este é um hábito já velho usado de 1976. Mandar embora cinicamente para poder ir logo à casa de novo buscá-los e facilmente fazê-los desaparecer... não se sabe onde. Mas assim... dificilmente se lhes pode atribuir culpas!

No dia 15 de Novembro, pelas 9h30 de manhã, no Externato de S. José (única Escola Portuguesa) estavam a decorrer as aulas que incluem a instrução primária (da 1.ª à 6.ª classes), crianças ainda, como se sabe. Nisto, 5 camiões cheios de soldados armados e alguns carros com timorenses,que trabalham para os indonésios, cercaram a Escola. Porque durante as aulas os portões de acesso à Escola se encontram fechados, os soldados, para tomar de assalto a Escola, treparam os muros tanto pelo lado da rua de acesso à Escola, como pelo lado da Escola SMAK (Secundária indonésia).

Com a confusão gerada pela entrada dos soldados na Escola, aos tiros, as crianças,em pânico, corriam tendo sido espancadas, apanhadas e atacadas, algemadas e pisadas a ponto de terem que ir para o hospital bastante maltratadas. Porque eram em número muito superior aos alunos, conseguiram apanhar um grande grupo. Estes foram empurrados, espancados e amarrados até desmaiarem. Então, atiraram com eles à bruta para dentro dos camiões e foram levados para onde pudessem ser selvaticamente espancados e interrogados sem testemunhas. Havia 3 irmãos seminaristas, faltando-lhes pouco já para ser padres, que também foram espancados com selvajaria. Os jovens, sem armas e sem poder reagir, em número muito inferior ao dos soldados, limitaram-se a gritar:

«Onde está a vossa justiça?»

Mas cada vez batiam mais como feras selvagens.

Sentindo-se impotentes por não poderem fazer mais nada e estarem bem nas mãos e em poder dos indonésios, continuaram gritando:

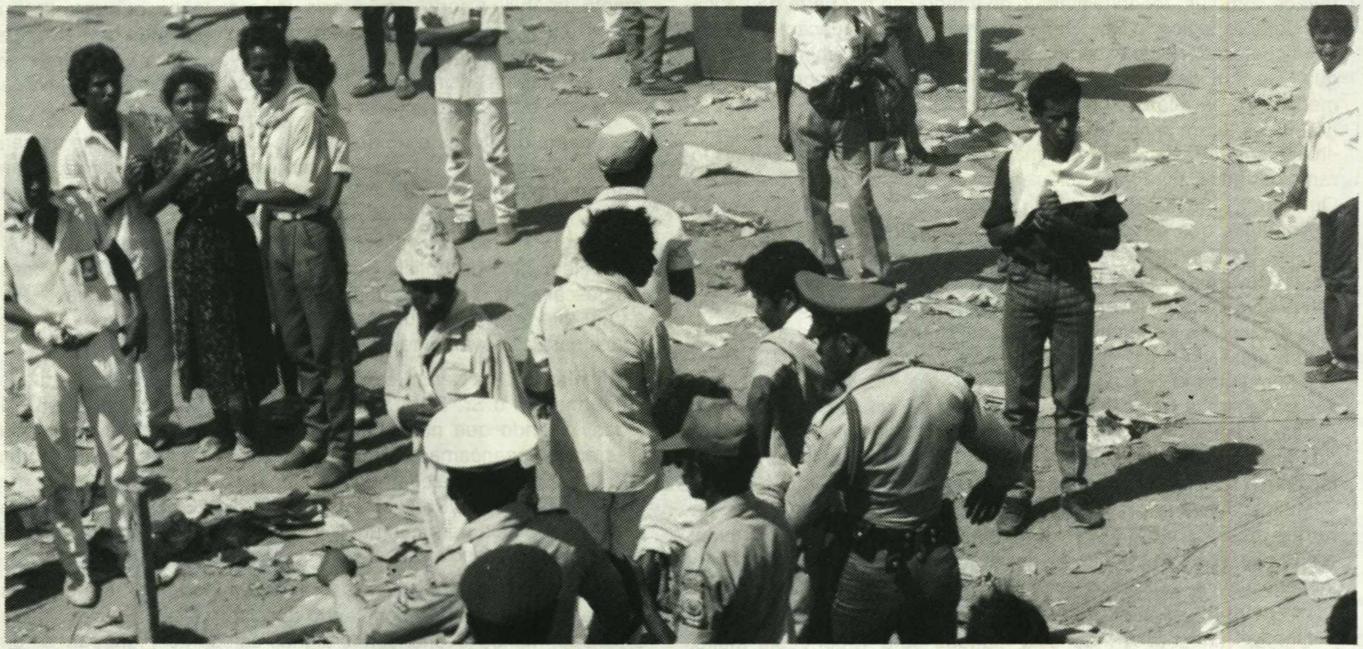
«Não respeitam o PANCA SILA, continuam a matar e a torturar, sem respeito pelos direitos humanos.»

Como entretanto o Sr. Bispo foi avisado e se dirigiu para o Externato, os indonésios,vendo assim alguma derrota, disseram cheios de ódio:

«Foi muita sorte para vocês que o vosso Chefe (o Sr. Bispo) tivesse vindo depressa, porque senão deixaríamos uma bomba aqui, para arrumar e acabar com todos os que estão presentes.»

O Externato, por ser uma Escola Portuguesa, tem sido desde 1976, sempre alvo de perseguições, atentados e ameaçada de fechar. Como se fossem todos, alunos, pais e professores, elementos bem inimigos do Governo indonésio.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA NAS II JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 1990



Timorense detido após a manifestação no fim da missa papal. Taci-Tolu, 12 de Outubro de 1989

Indonésia aposta na nova geração

LICÍNIA RAMOS HORTA, 26 anos, esteve numa universidade em Bali entre 1987-89. Chegou a Portugal em Fevereiro de 1989.

Estive dois anos numa Universidade de Bali (Indonésia) estudando na área de literatura inglesa.

Há mais de duzentos estudantes timorenses a estudar em Bali. Todos os estudantes timorenses, depois de terminarem o ensino liceal e se quisessem continuar os seus estudos nas universidades indonésias, deveriam ser seleccionados através de um teste. Passado o teste, teriam de ter aprovação da KOOPSKAM (serviços secretos e de segurança da Indonésia) depois de submetidos a outro teste.

É a KOOPSKAM que dá a última palavra. Aprovados pela KOOPSKAM e ao estudar nas universidades na Indonésia, são integrados nas organizações estudantis timorenses, todas elas sob controlo das autoridades militares indonésias. Por exemplo, em Bali, todos os estudantes timorenses devem fazer parte da Aliança de Estudantes Timorenses Universitários e do Liceu — IMPETTU (em indonésio).

Estando muitos timorenses a estudar em Bali, esta organização estudantil é a maior de entre todas as outras. Assim, as autoridades militares indonésias decidiram indigitar um comandante militar indonésio para ser o seu chefe supremo. Como é de esperar, todas as iniciativas dessa organização partem do sector militar em coordenação com as autoridades civis e sob as directrizes do governo central de Jacarta. Este e outros grupos são mobilizados pelos militares de Bali e de Timor-Leste para exercer actividades junto da população em Timor-Leste. Já várias vezes estudantes timorenses desta organização e de outras suas congéneres tinham sido mobilizados de Bali ou de outras localidades da Indonésia para Timor-Leste, transportados em aviões militares «HERCULES».

As autoridades indonésias não só controlam as actividades da organização como também lançam uma rede de espionagem no seio dos estudantes, nas escolas, nas universidades e nas suas residências; pagam e instroem estudantes timorenses para espiarem os seus conterrâneos que compartilham do mesmo tecto ou da mesma secretária, além de outros estudantes indonésios das outras províncias fazerem o mesmo «serviço». Os professores também são espiões. Trabalham activamente com os serviços secretos indonésios.

O clima de desconfiança, a vigilância e o controlo constante dos estudantes timorenses através destas organizações estudantis, provêm de vários motivos, tendo maior destaque para a Fretilin em Timor-Leste que se faz sentir em todas as partes do território, nas montanhas, nas zonas ocupadas e mesmo na Indonésia.

O comportamento dos estudantes timorenses vem agravar ainda mais esse clima de desconfiança: nas escolas agrupam-se, evitando sempre conviver com os estudantes indonésios; o mesmo acontece com os balineses, que preferem conviver com outras pessoas que não sejam timorenses, por razões religiosas, culturais, etc. Várias vezes houve conflitos entre timorenses e indonésios na escola ou nas ruas; a língua é também um dos factores que vêm realçar as hostilidades já existentes. Os timorenses não estão interessados na língua indonésia. Ela é também um dos motivos dos agrupamentos que se verificam nas escolas. Dos mais de duzentos timorenses em Bali, apenas dois deles estão a estudar a literatura indonésia, enquanto a maioria optou em estudar outros cursos, sendo o curso de Economia o mais frequentado, seguido de Medicina e Direito.

Nas escolas aprende-se mais sobre a Indonésia; o «Pancasila» —

JUSTI
PA
EGA
NO

Manifestação de jovens timorenses, Dili, 17 de Janeiro de 1990

os cinco princípios filosóficos do Estado indonésio — é disciplina muito importante e estuda-se em quase todas as áreas de estudo. Muitas vezes é a nota desta disciplina que determina a aprovação nos exames. Quanto a Timor-Leste, não se faz nenhuma referência; não há debates/discussões alargados entre os estudantes timorenses sobre questões políticas internacionais, democracias em outros países, situação económica, etc. Conforme disseram os professores e as autoridades militares, *«isto não é matéria para os timorenses»*. A Indonésia é tudo e só ela é que existe no mundo. A Indonésia libertou o povo de Timor do colonialismo português; os timorenses são considerados um povo atrasado e, segundo os indonésios, para se libertar desse atraso devem assimilar tudo o que é javanês ou das culturas de outras províncias da Indonésia, como Bali, por exemplo.

Qualquer estudante timorense que consegue ir a Bali para continuar os seus estudos deve apresentar-se após a sua chegada ao comando militar de Bali, para um encontro com as autoridades militares, durante o qual é-lhe dito para não conviver apenas com os seus conterrâneos, mas deve conviver com as pessoas locais ou outras que não sejam timorenses, e ao mesmo tempo é instruído para fazer outros trabalhos, como o de espião.

A relação professor-estudante (timorense) é também exigida pelas autoridades militares como importante para o desenvolvimento da língua e servindo-se também de tutor.

Como atrás referi, não há debates alargados e aprofundados sobre questões internacionais, mas muitas vezes elas surgem inevitavelmente nas aulas, apesar de os professores e os estudantes mais distinguidos tentarem sempre que podem esquivar-se a questões que apresentem semelhanças nos aspectos negativos e vulneráveis da Indonésia; em caso de haver semelhanças ao caso de Timor-Leste, então é aconselhável não falar no assunto, pois seria punido, e a pena mais leve é não passar nos exames, como aconteceu com uma colega minha numa aula de «Pancasila» durante a qual se discutia sobre o direito dos povos à autodeterminação. Como disse, como consequência do seu atrevimento, foi a única que não passou nos exames, apesar de ser a mais brilhante e distinguida na turma.

É bem visível o esforço e a preocupação dos indonésios em transformar a mentalidade timorense em indonésio: o controlo dos estudantes timorenses através de organizações do género IMPETTU, criada e dirigida pelos próprios indonésios; a constante vigilância dos estudantes onde os mais suspeitados são rigorosamente controlados e os outros também sob vigilância. Um exemplo apenas: a censura das cartas familiares; o método de ensino nas escolas, do liceu e nas universidades, etc., evidenciam os seus objectivos.

Porém, as consequências da invasão indonésia estão muito longe de esquecer. Elas estão bem vivas na memória e são, aliás, parte da vida quotidiana do timorense, do estudante. Se até hoje a bomba lançada em Hiroshima se encontra fresca na memória dos japoneses, 15 anos preenchidos de sofrimento não são suficientes para esquecer a invasão da Indonésia, as atrocidades, as violações dos direitos humanos, os maus tratos, etc...

Os estudantes timorenses não se sentem indonésios. A resistência armada nas montanhas e a resistência nas zonas ocupadas estimulam o espírito nacionalista e hostilizam cada vez mais os indonésios. A guerra em Timor-Leste dura há já 15 anos, o que em termos históricos significa pouco tempo. Portanto, muitos dos colegas, irmãos, parentes, etc., que desapareceram ou que foram executados continuam nas mentes dos estudantes; as grandes batalhas travadas entre as Falintil e ABRI (forças armadas indonésias) continuam nas mentes dos estudantes; a maioria dos estudantes estiveram nas bases de apoio da Fretilin nos primeiros anos da invasão; esta nova geração que a Indonésia aposta em obter uma mentalidade javanesa/indonésia e integracionista, é também a geração que sobreviveu aos massacres indonésios desde o 1.º dia de invasão em 7 de Dezembro de 1975, 78, 79, 80, etc... enfim, ao longo de todos estes anos de ocupação indonésia; os estudantes são da geração que quando alguém da família morre pergunta: *«Morreu de doença, acidente ou pelos 'tentaras' (soldados indonésios)?»*

Por enquanto, o comandante indonésio, Prabovo, genro do presidente Suharto, parece ser o único a admitir que é um falhanço apostar na nova geração. *«Para acabar com a guerra em Timor-Leste deveria exterminar todos os timorenses»*, disse um dia o comandante indonésio em Timor-Leste quando os seus soldados do batalhão 328 *«mordiam o pó»* no campo da batalha e a ver os seus planos militares frustrados.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA NAS II JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO, 1990

O grito de todo um Povo

INOCENCIA F.S. XIMENES NEVES, 34 anos, chegou a Portugal em Julho de 1976.

É com redobrada alegria que participamos neste congresso. Alegria porque somos portadoras do grito de todo um Povo, das suas mães, irmãs e filhas, grito que ecoa já em todo o Mundo, apesar do bloqueio inimigo sobre a nossa Pátria. A nossa voz de libertação ecoa em todo o Mundo em busca de Paz, pois a nossa guerra não é se não a marcha pela Paz que já dura há treze anos.

Permitam-nos deste modo começar por saudar o Movimento Democrático de Mulheres pelo seu 20.º Aniversário e III Congresso Nacional. Saudamos em particular o Secretariado Nacional do MDM que se esforçou por tornar possível a realização deste tão importante acontecimento para a vida do seu movimento num momento em que a defesa dos Direitos das Mulheres, da Democracia e da Paz assumem uma tão particular importância em todo o Mundo, e proporcionar condições para que as mulheres de vários cantos do Mundo aqui se encontrem e se conheçam.

Para as mulheres de Timor-Leste estar aqui constitui um privilégio porque nos permite denunciar com veemência o genocídio praticado em Timor-Leste e a negação dos direitos da Mulher.

A luta da Mulher Timor é uma luta diferente da de vários países, incluindo Portugal. A Mulher Timor nunca teve a oportunidade de reivindicar os seus direitos, nunca (na história de Timor) nem durante os 450 anos de colonialismo português. Só depois da revolução de 25 de Abril de 1974, quando um regime democrático é estabelecido em Portugal e nas colónias portuguesas tanto na África como na Ásia, lhes é garantido o direito à autodeterminação e independência. Surge, então, a oportunidade de reclamar os seus direitos, que lhes são negados com a bárbara invasão e ocupação militar indonésia.

Cerca de 250 mil mortos é o balanço das vítimas, consequências da invasão e ocupação militar indonésia. Neste número, inclui uma boa parte de mulheres timorenses que foram bombardeadas, metralhadas com «napalm», defoliantes e outros armamentos químicos, empregues pelos soldados indonésios nas suas investidas militares contra a Resistência Maubere.

No interior do nosso País a participação da Mulher na luta é total. Nesses 13 anos de luta a participação da Mulher Timor faz-se sentir em todos os campos: nas zonas ocupadas pelo inimigo, ela desempenha o papel de grande relevo como agente de agitação, na luta armada ela integra-se nas fileiras das Falintil, formando destacamentos femininos e, hoje, com maior incidência, ela participa em companhias mistas, onde marido e mulher combatem lado a lado na saúde, educação e produção; a mulher oferece todo o seu esforço, capacidade e abnegação, afirmando-se como um verdadeiro factor transformador da Sociedade Maubere.

Nestes 13 anos o inimigo consciente da realidade é incapaz de derrotar o Povo Maubere, violenta a população civil, reprime e massacra povoações inteiras. Como exemplo cito a povoação de Klalerek Mutin, que foi totalmente arrasada. Neste seu acto vandálico, as mulheres são vítimas preferidas dos militares indonésios, com a sua agressividade, violam-nas, rasgam os ventres às mães grávidas, atirando com os fetos contra os troncos das árvores, rebentam explosivos introduzidos no sexo, cortam os seios e sujeitam-nas às queimaduras de cigarros e choques eléctricos. Entre elas quero referir as camaradas Muki Bonaparte, que foi a 1.ª secretária da Organização Popular de Mulheres Timor, e Goretti Joaquim, que foram barbaramente torturadas e assassinadas. Nas zonas ocupadas a Mulher é forçada a submeter-se ao programa de Planeamento Familiar onde é esterilizada, com a utilização de Depo-Provera.

Na maioria das vezes, as mulheres presas são levadas aos postos e quartéis militares sem formulação clara do crime cometido. Prova-se que as prisões das mulheres são motivadas mais pela animalidade sexual e pela selvajaria dos militares indonésios e seus lacaios. Nas prisões as mulheres são interrogadas completamente nuas, depois são violadas e mortas. Há outras que saem das prisões grávidas, fruto da violação e da animalidade dos militares indonésios. Cito um dos acontecimentos, que teve lugar no mês de Setembro passado, em Natarbora, região do sector Centro-Leste do território, onde cinco raparigas foram executadas por terem rejeitado à satisfação dos seus desejos sexuais.

Antes de terminar apelamos a todas vós que apoiem à nossa luta sob todas as formas ao vosso alcance no sentido de reconquistar a nossa soberania nacional, para que a emancipação da Mulher se estenda até Timor-Leste, constituindo, assim, a grandeza e o fortalecimento da luta das mulheres no Mundo.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO 20.º ANIVERSÁRIO DO III CONGRESSO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DAS MULHERES.

8 de Março — Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher foi pela primeira vez assinalado pelas mulheres timorenses em 1990, num encontro realizado em Lisboa que reuniu mulheres timorenses em Portugal e portuguesas.

ILDA LOBATO, 49 anos, tendo vivido no mato desde a invasão até 1979, chegou a Portugal em Janeiro de 1988.

Prezadas Companheiras Portuguesas,
Prezadas Companheiras Timorenses.

OBRIGADA, palavra simples e gasta, mas que ganha um significado especial quando a empregamos num dia como o de hoje para correspondermos ao gesto inédito e bastante reconfortante da solidariedade amiga da Mulher Portuguesa. Inédito não porque se trata do primeiro acto do género da Mulher Portuguesa para com a Mulher Timorense, mas sobretudo porque neste exacto momento em que milhões de pessoas unem esforços de comunicação e de solidariedade em relação à mulher em geral, a Mulher Portuguesa optou por comemorar esta efeméride dando especial relevância à Mulher Timorense. Reconfortante porque o gesto da Mulher Portuguesa de festejar o dia de hoje, lado a lado, com a Mulher Timorense realça o interesse de fazer sobressair a realidade existencial da nossa mulher ainda oprimida, explorada e colonizada e, ao mesmo tempo, como é evidente, de fazer ver a importância do papel activo da Mulher de Timor durante o longo e duro processo de libertação nacional.

Hoje, 8 de Março, é o Dia Internacional da Mulher. Para além dos festejos com prendas às mulheres, temos também as reflexões e as homenagens. Reflexões relacionadas com as questões da marginalização da mulher por causa do machismo dos homens, da diferença da estatura física que as minimiza, da diferença dos salários, do abandono da escola para ajudar em casa, trabalhar e casar, enfim, reflexões relacionadas com a sociedade de cunho tradicionalmente machista que faz da mulher um objecto de consumo, utilizando a sua beleza como produto de publicidade, o seu corpo como fonte de prazer carnal e mero instrumento de propaganda pornográfica. Infelizmente a mulher é ainda em muitas partes do mundo vilmente explorada para fins meramente lucrativos como a prostituição que tem muitas vezes a origem nas dificuldades económicas e na incompreensão dos pais.

Hoje é também o dia de homenagem às mulheres que, no seu tempo e espaço, souberam dar mostras das suas aptidões a nível político, cultural e social. Salienta-se neste domínio uma Margareth Thatcher, uma Indira Ghandi, Teresa de Calcutá, Sirimavo Banderanaika, Benazir Bhuto, Corazón Aquino, Eva Perón, Isabel Perón, Winnie Mandela e mais recentemente Violeta Chamorro, enfim, e outras tantas que com as suas aptidões contribuíram eficazmente para a transformação das mentalidades das sociedades, evidenciando a capacidade natural da emancipação da mulher.

A nossa própria história é fértil em mulheres cujas façanhas deixaram e ainda deixam pasmados os protagonistas do colonialismo e neocolonialismo na nossa terra. Por exemplo, no século XVIII, a lendária rainha Dn.ª MARIA, do Reino de Luca na altura, dirigiu durante quase 30 anos uma insurreição armada contra a penetração colonial portuguesa em Timor. Hoje em dia destacamentos guerrilheiros no interior de Timor-Leste são comandados por mulheres destemidas e experientes na difícil arte da guerrilha. Estas mulheres corajosas e valentes não fazem mais do que continuar a tradição guerreira das suas antecessoras históricas.

Aproveitamos esta ocasião para informar que as mulheres timorenses que vivem no exterior não podem dar uma maior contribuição à luta de libertação nacional de Timor-Leste pelas razões que passamos a indicar:

1) Falta de apoio material e financeiro
2) Falta de local para sede de trabalho
3) Falta de contacto assíduo entre as mulheres timorenses por viverem distantes umas das outras.

Assim, apelamos às mulheres portuguesas para que nos ajudem a ultrapassar estas insuficiências e apelamos igualmente às mulheres timorenses para que façam maiores esforços para uma maior aproximação, coordenação e unidade.

Keluarga Ke
Keluarga
yang Bahagi
dan Sejahte
Keluarga Kecil
* Lebih terjamin kesejahtera
* Lebih terjamin masa depa
Keluarga Kecil,
Keluarga Berencana.

Planeamento familiar: «a família pequena é uma família feliz»

Nesta data de particular solenidade, importa-nos realçar as qualidades da Mulher Timorense. Companheira fiel e leal do homem Timor nas horas difíceis e cruciais, a Mulher Timorense notabilizou-se no percurso desta luta ao assumir altos cargos de resposabilidade política, participando directamente na condução da guerra, lutando de armas na mão, comandando assaltos, desempenhando funções confidenciais e secretas entre a resistência armada e a resistência urbana, proporcionando o apoio logístico e moral e, enfim, entre muitas outras tarefas, garantindo através da sua nobre missão de mãe a continuidade da prole timorense face ao plano macabro e sinistro do genocídio étnico-cultural do nosso Povo perpetrado pelo bárbaro inimigo. A Mulher Timorense, vítima de torturas, de violações, de espancamentos, de abusos de toda a espécie, ocupou definitivamente um lugar de respeito nos anais da nossa história de libertação nacional. Somos expectadoras impotentes de cenas maquiavélicas que, à revelia do direito internacional, continuam a ocorrer em Timor-Leste. A violação dos direitos humanos é algo que persiste em Timor-Leste apesar dos protestos internacionais. O inimigo ocupante, perante a sua incapacidade de vencer militarmente a resistência armada do nosso Povo, continua a despejar a sua raiva assassina sobre a Mulher Timorense, humilhando-a de toda a maneira e feitio e chegando ao ponto de desventrar as grávidas para logo a seguir decepar o feto ainda vivo perante a mãe moribunda e agonizante. Tudo isto faz parte do dia-a-dia da Mulher Timorense. Tudo isto constitui a actual realidade da mulher de Timor-Leste. Foram tantas as heroínas de Timor-Leste que sofreram estas sevícias e conheceram o fim dos seus dias nestas circunstâncias tão atrozes que preferimos não citar nomes sob o risco de cometermos a injustiça da omissão. De uma coisa, porém, estamos certos. Todas aquelas que sacrificaram as suas vidas em prol da libertação de Timor-Leste ocupam neste preciso instante o pensamento de cada um de nós aqui presente. Por elas que tombaram em defesa da pátria Timor peço a todas aqui presentes que guardemos um minuto de silêncio.

Prezadas Companheiras,

Só uma palavra nos acode, só uma realidade existe ao nível do acto de comunhão patriótica e essa é TIMOR-LESTE. Só um pensamento é ao mesmo tempo bastante alto e profundo para inundar-nos a alma neste instante — o da firme determinação de cooperar ainda mais e melhor para a rápida libertação da pátria TIMOR-LESTE.

Nós que somos parte integrante da Mulher de Timor, embora refugiadas no exterior, podemos efectivamente oferecer em homenagem à Pátria e às nossas heroínas vivas e tombadas, o nosso esforço e empenho para que o eco das suas vozes abafadas e das suas ansiedades refreadas seja escutado no mundo.

Tomamos esta oportunidade para desejarmos os mais sinceros votos de sucesso às Mulheres Portuguesas que são nossas amigas e irmãs e esperamos ardentemente que a solidaridade da Mulher Portuguesa para com Timor-Leste seja cada vez mais forte, contribuindo desta feita para que a justiça seja cumprida, para que o nosso direito seja reconhecido e sobretudo para que a paz seja possível em TIMOR-LESTE.

Refugiadas timorenses: um olhar sobre Timor a partir de Portugal

ILDA LOBATO

Como mulheres timorenses refugiadas em Portugal porque a Indonésia invadiu o nosso país e o ocupa militarmente desde então, é evidente que encontramos em Portugal graves problemas no sector da saúde tal como em outros domínios.

Estes problemas, no domínio da saúde, não são devidos a uma discriminação particular mas à nossa situação económica.

Comparada com a situação que vivemos na nossa terra ocupada, a nossa situação actual de refugiadas é bem menos grave que aquela que continua a viver o nosso povo sob a dominação indonésia.

Nós não deixámos Timor-Leste para procurar melhores condições de vida noutro país; nós saímos da nossa terra porque era impossível vivermos lá.

Talvez nunca tenham ouvido falar de Timor-Leste, é tão raro que, quando nos é dado a ocasião para falarmos dele, não podemos deixar de falar sobretudo dos nossos problemas graves, os que afectam as mulheres timorenses.

Com a invasão militar indonésia, em Dezembro de 1975, a maior parte da população fugiu para as montanhas e aí permaneceu o mais tempo possível para não se colocar sob o domínio dos ocupantes. Pessoalmente fiquei por lá até 1979.

Durante os primeiros anos as forças armadas indonésias estavam ocupadas na conquista das vilas e dos concelhos mais importantes; assim, podíamos fazer as nossas culturas, e a vida embora muito difícil, era possível; quando o ocupante aumentava a sua pressão, os seus bombardeamentos, os seus ataques, era preciso fugir constantemente: a fome e todas as doenças que daí decorrem até à rendição forçada.

As populações que se entregavam eram alojadas em campos mais próximos dos campos de concentração do que campos de refugiados. A fome e a ausência total de cuidados médicos continuam a exterminar-nos. Estima-se que 200 000 pessoas, um terço da população total de Timor-Leste, foram liquidadas entre 1976 e 1981.

Embora a situação não seja já tão catastrófica, ainda hoje é muito grave.

Uma grande parte da população encontra-se nos campos controlados pelos militares, criados artificialmente para reagrupar a população e impedir os contactos com a resistência armada que continua, apesar de 14 anos de total isolamento.

Para melhor controlar, os militares não permitem que se afastem dos campos e apenas as culturas possíveis se podem fazer nas imediações mais próximas, algumas centenas de metros, insuficiente para uma alimentação de sobrevivência.

Os militares não hesitam em matar aqueles que se afastem para além dos limites permitidos para procurar os alimentos que lhes faltam. Não estão minimamente preocupados que as pessoas morram de fome ou das doenças às quais são mais sensíveis devido à fraqueza provocada pela fome.

Bem entendido, as nossas crianças são, na maior parte das vezes, as primeiras vítimas. As doenças mais frequentes são a tuberculose, a febre tifóide, a tosse convulsa. Não há quase postos de saúde, sobretudo nas vilas ditas estratégicas.

Em 1980 não existiam mais que 28 centros de saúde e 101 «subpostos», em todo o território, para 442 vilas e aldeias. Mesmo nas vilas, estes postos quase nunca tinham medicamentos, porque os médicos e os enfermeiros indonésios desviavam-nos para o mercado negro, o qual é de tal ordem que a maior parte da população não os pode comprar.

Em 1986, um médico indonésio honesto, em serviço no hospital de Dili, ele próprio denunciou estas práticas. Nessa altura havia em Dili e nos arredores uma epidemia de tosse convulsa e muitas crianças, embora tratadas com um xarope chamado EBERCINA, morreram. Este mesmo médico procurou perceber as causas desta epidemia e descobriu que as caixas de xarope tinham a etiqueta «somente para timores». Numa análise ao xarope descobriu-se que o mesmo continha DDT, mas o caso foi abafado.

Isto parece exagerado, mas é preciso relembrar que se trata de um território ocupado em que os ocupantes já mataram um terço da população e onde os desaparecimentos e as execuções continuam porque nós nos recusamos a submeter-nos.

Para que entendam até onde vai a sua vontade de nos aniquilar é necessário falar do que o Governo indonésio chama de «keluarga Berencana», «planeamento familiar». Existem centros por toda a parte, muito mais que os centros de saúde. Todas as mulheres, sobretudo fora de Dili — a capital —, são obrigadas a ir a esses centros de planeamento onde são distribuídas pílulas que devem ser tomadas de imediato ou se administram injecções sem qualquer explicação. As injecções são o método mais utilizado: um relatório indonésio revela que em 1986, 57% das mulheres que praticam planeamento familiar fazem-no através de injecções Depo-Provera. Evidentemente, é a forma mais simples de impor o seu planeamento que não queremos. Além do mais, o Depo-Provera é perigoso para a saúde.

Muitas mulheres recusam recorrer aos médicos quando estão grávidas com medo que estes provoquem um aborto.

Em Novembro/Dezembro último alguns jornais indonésios desmentiram os rumores que circulavam em Dili acerca de uma dita campanha de vacinação contra o tétano mas que na realidade era de esterilização.

Esta campanha, segundo o próprio «Governador», abrangia todas as escolas secundárias (últimos anos) do Estado. Devido a esses rumores e protestos, o «Governador» censurou os médicos e o pessoal da saúde por terem «fornecido material que pode ser usado no estrangeiro pelas pessoas que condenam o Governo indonésio».

Não contentes em matar-nos, os ocupantes indonésios querem impedir que tenhamos filhos, isso chama-se — penso eu — um genocídio!

Nós falámos mais particularmente de problemas ligados à saúde porque são os analisados neste encontro mas, também, poderíamos ter falado de prisões, torturas e violações; da ausência do direito de reunião e de associação; ou ainda das escolas onde ensinam aos nossos filhos a língua dos ocupantes.

Antes de terminar, queríamos dizer-vos que a preparação deste encontro alimentou a nossa esperança. Foi bom para nós porque desde a nossa chegada a Portugal estamos dispersos e pouco organizados. Na resistência em Timor tínhamos reflectido sobre a nossa condição de mulheres e aprendemos a manifestar as opiniões com os nossos companheiros, depois foi o exílio e a dispersão. Agora, nós queremos começar uma nova etapa e preparar desde já os caminhos para uma pátria libertada.

Vocês podem ajudar-nos se, no regresso aos vossos países ou aos que vos acolhem, procurarem dar a conhecer a luta do nosso povo para sobreviver.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA EM AGAPE, ITÁLIA, NUMA ASSEMBLEIA DE MULHERES DO CONSELHO MUNDIAL DAS IGREJAS.

Carta aos jovens

A nossa pátria não morrerá jamais, enquanto tiver filhos que a saibam honrar. O nosso povo não morrerá jamais, enquanto tiver filhos decididos a lutar. Sejam quais forem os condicionalismos dos tempos, seja qual for o poderio dos interesses, sabemos hoje, queridos jovens, mais do que nunca que nada pagará a consciência patriótica Mau-Bere, que nada esmagará o ideal sagrado da libertação. Enquanto a humanidade também existir sobre a face da terra, o ventre sagrado da mulher Timor gerará lutadores da pátria, gerará combatentes da liberdade, determinados a honrar o próprio sangue e as aspirações sagradas dos ancestrais.

Mulher Timor, aprisionada nas algemas da tua própria infelicidade. Mulher Timor, subjugada na repressão cruel da tua personalidade. Mulher Timor, que és obrigada a parir filhos da ocupação indonésia. Mulher Timor, espancada, despida, violada e abandonada nas hortas e nos acampamentos indonésios. Mulher Timor, que enfrentas a fraqueza da tua própria fraqueza; toma ânimo e continua gritando connosco as armas da guerra; grita como gritaste também o grito, o hino da liberdade. Mulher Timor, que foste presa; companheira que foste espancada; irmã que também soubeste gritar pela liberdade; mãe que também soubeste marchar ao encontro da morte. Mulher Timor, depositária do berço Mau-Bere, que também soubeste honrar a tua missão de perpetuar este sangue Mau-Bere. Para ti e para vós todas, as nossas lágrimas são o nosso sangue, as tuas lágrimas são também o nosso sangue, a tua dor é a nossa luta, porque a tua determinação é a nossa própria resistência.

XANANA GUSMÃO
NOVEMBRO 1989